



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 325

Terça-feira - 15 de setembro de 2009

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Catanduvas.....	1
Chapadão do Lageado.....	28
Garopaba.....	28
Gaspar.....	29
Governador Celso Ramos.....	40
Herval D' Oeste.....	40
Imbituba.....	42
Luzerna.....	42

Massaranduba.....	45
Meleiro.....	45
Monte Carlo.....	48
Porto União.....	53
Rio do Sul.....	53
São Lourenço do Oeste.....	54
São Pedro de Alcântara.....	54
Schroeder.....	55
Tunápolis.....	56
Turvo.....	56
Videira.....	57

Catanduvas

Prefeitura Municipal

Relatório de Gestão Fiscal - Anexo I

+=[CPL]-----{ 001 }+
| Município de CATANDUVAS - PODER EXECUTIVO CONSOLIDADO |
| Relatório de Gestão Fiscal |
| Demonstrativo da Despesa Com Pessoal |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009 |
+-----+
LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

Despesa com Pessoal	DESPESAS LIQUIDADAS Últim.12 Meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	5.982.864,96
Pessoal Ativo	5.765.653,02
Pessoal Inativo e Pensionistas	217.211,94
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,\$1ºda LRF)	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,\$1º da LRF) (II)	39.496,78
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	37.252,58
Despesas de Exercícios Anteriores	2.244,20
Inativos com recursos vinculados	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da CF)	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS REGIME PRÓPRIO DE PREV.SOCIAL(III)	0,00
Contribuições Patronais	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	5.943.368,18
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.112.999,76
% do TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V)*100	45,32%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	54,00% 7.081.019,87
LIMITE PRUDENCIAL (\$ único, art. 22 da LRF)	51,30% 6.726.968,88

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Lucas Rossi - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Relatório de Gestão Fiscal - Anexo II

```

+=[ CPL ]===== { 001 }+
|
|               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|               Relatório de Gestão Fiscal                               |
|               Demonstrativo da Dívida Consolidada                     |
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                 |
|               JANEIRO A AGOSTO 2009/2º Quadrimestre                   |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

Especificação	PREFEITURA / FUNDOS			
	Saldo do Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Divida Consolidada (I)	344.376,39	271.488,80	227.458,68	0,00
Divida Contratual	184.750,21	157.930,19	129.884,77	0,00
Outras	159.626,18	113.558,61	97.573,91	0,00
Ativo Financeiro (II)	595.215,44	998.362,17	553.316,08	0,00
Disponibilidade de Caixa	617.583,76	1.354.502,40	1.142.388,15	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	-22.368,32	-356.140,23	-589.072,07	0,00
Divida Consolidada Líquida (III=I-II)	-250.839,05	-726.873,37	-325.857,40	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	12.684.196,19	12.888.905,93	13.112.999,76	0,00
Relação DC/RCL (I/RCL)	2,72	2,11	1,73	0,00
Relação DCL/RCL (III/RCL)	-1,98	-5,64	-2,49	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	15.221.035,43	15.466.687,12	15.735.599,71	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3º Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório de Gestão Fiscal - Anexi IIB

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório de Gestão Fiscal                             |
|                               Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida           |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social               |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2009/2º Quadrimestre                 |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

PREFEITURA / FUNDOS

Descrição	Sld.Ex.Anterior	Até o 1º Qua	Até o 2º Qua	Até o 3º Qua
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	-344.376,39	-271.488,80	-227.458,68	-344.376,39
Dívida Contratual	-184.750,21	-157.930,19	-129.884,77	-184.750,21
Parcelamento com a União	-159.626,18	-113.558,61	-97.573,91	-159.626,18
De Contribuições Sociais	-159.626,18	-113.558,61	-97.573,91	-159.626,18
Previdenciárias (INSS)	-159.626,18	-113.558,61	-97.573,91	-159.626,18
DEDUÇÕES (II)	595.215,44	998.362,17	553.316,08	595.215,44
Ativo Disponível	617.583,76	1.354.502,40	1.142.388,15	617.583,76
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	-22.368,32	-356.140,23	-589.072,07	-22.368,32
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	250.839,05	726.873,37	325.857,40	250.839,05

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.684.196,19	8.909.766,37	8.523.229,79	0,00
% da DC sobre a RCL	-2,72	-3,05	-2,67	0,00
% da DCL sobre a RCL	1,98	8,16	3,82	0,00
LIM.DEF.PELA RESOL.Nro 40, DE 2001, DO SENADO FEDERAL: 120%	15.221.035,43	10.691.719,64	10.227.875,75	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
Exercício Financeiro	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
Exercício Financeiro	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
Exercício Financeiro	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
Exercício Financeiro	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório de Gestão Fiscal - Anexo III

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório de Gestão Fiscal                               |
|                               Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores    |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                 |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2009/2º Quadrimestre                   |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
GARANTIAS				
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)				
Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.684.196,19	12.888.905,93	13.112.999,76	
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.790.523,16	2.835.559,30	2.884.859,95	

	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
CONTRAGARANTIAS				
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

 PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

 TÊC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Relatório de Gestão Fiscal - Anexo IV

```
+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório de Gestão Fiscal                             |
|                               Demonstrativo das Operações de Crédito                 |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social               |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2009/2º Quadrimestre                 |
+-----+
```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Operações Realizadas Até o 2º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	
Internas	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00
Externas	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.112.999,76
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL	0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL	0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%	2.098.079,96
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%	917.909,98

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Relatório de Gestão Fiscal - Anexo V

[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de CATANDUVAS
 Relatório de Gestão Fiscal
 Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JANEIRO A AGOSTO 2009/4º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

PREFEITURA / FUNDOS		
ATIVO	VALOR PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	1.142.388,15 OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	768.887,17
Disponibilidade Financeira	1.142.388,15 Depósitos de Diversas Origens	179.815,10
Caixa	0,00 Restos a Pagar Processados	589.072,07
Banco	1.142.388,15 Do Exercício	589.067,93
Contas Movimento	1.142.388,15 De Exercícios Anteriores	4,14
Contas Vinculas	0,00 Outras Obrigações Financeiras	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	
SUBTOTAL	1.142.388,15 SUBTOTAL	768.887,17
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00 EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	373.500,98
TOTAL	1.142.388,15 TOTAL	1.142.388,15
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)		131.193,70
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)		242.307,28
REGIME PREVIDENCIÁRIO		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00 OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00 Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00 Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00 Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00 De Exercícios Anteriores	0,00
Contas Vinculas	0,00 Outras Obrigações Financeiras	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	
SUBTOTAL	0,00 SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00 EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00 TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIARIO (VII)		0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)		0,00
DEFICIT	0,00 SUPERAVIT	242.307,28

 PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

 TÊC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório de Gestão Fiscal - Anexo VI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|               Relatório de Gestão Fiscal                               |
|               Demonstrativo dos Restos a Pagar                        |
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                |
|               JANEIRO A AGOSTO 2009/4° Bimestre                      |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	Saldos de Exercícios Anteriores	Inscritos		Suf.Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Proces.	Não inscritos por Insufic. Financeira
		Processados do Exercício	Não Process. do Exercício		
LEGISLATIVO					
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS	0,00	0,00	3.215,30	20.933,39	0,00
		0,00	3.215,30		
Subtotal I	0,00		3.215,30	20.933,39	0,00
EXECUTIVO					
Administração Direta					
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS	21.103,67	0,00	105.795,32	479.206,82	0,00
Administração Indireta					
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	5.196,61	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	973,26	0,00	2.000,00	29.683,96	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS	287,25	0,00	17.683,08	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM	4,14	0,00	2.500,00	19.738,89	0,00
		0,00	127.978,40		
Subtotal II	22.368,32		127.978,40	533.826,28	0,00
TOTAL	22.368,32	0,00	131.193,70	554.759,67	0,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Saldos de Exercícios Anteriores	Inscritos		Suf.Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Proces.	Não inscritos por Insufic. Financeira
		Processados do Exercício	Não Process. do Exercício		
ADMINISTRAÇÃO	0,00	35.860,69	21.655,77	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	103.270,91	13.176,45	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	21.415,03	9.696,55	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	1.315,19	0,00	0,00
CULTURA	0,00	984,90	3.540,37	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	8.573,63	7.672,27	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	26.986,60	18.069,26	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	3.215,30	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	83.096,27	16.280,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	88.127,06	8.088,43	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	32.800,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	76.141,98	18.612,60	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	30.149,87	2.415,00	0,00	0,00
TOTAL	22.368,32	507.406,94	123.737,19	554.759,67	0,00

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório de Gestão Fiscal - Anexo VII

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CATANDUVAS

CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo dos Limites

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 8º Mes (Ago) de 2009

LRF, art.48 - Anexo VII

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	959.996,40	100,00
--------------------------	------------	--------

Despesas com Pessoal	Valor	% Sobre a RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	499.573,46	52,04
Limite Prudencial	492.478,15	51,30
Limite Maximo	518.398,06	54,00

Dívida	Valor	% Sobre a RCL
Dívida Consolidada Liquida	325.857,40	33,94
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	1.151.995,68	120,00

Garantias de Valores	Valor	% Sobre a RCL
Total da Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	211.199,21	22,00

Operações de Credito	Valor	% Sobre a RCL
Operações de Creditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito Internas e Externas	153.599,42	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito por Antec. de Receita	67.199,75	7,00

	Suf.Antes da	
	Inscrição em	Inscrição em
Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar
	Não Proces.	Não Proces.
Total dos Restos a Pagar	131.193,70	554.759,67

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo I

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Balanço Orçamentário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS					SALDO
	Categoria Econômica / Fontes	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	% até o Bimestre	%		
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)		(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		14.359.750,00	14.359.750,00	2.018.577,74	14,060	8.604.829,79	59,920	5.754.920,21
RECEITAS CORRENTES		12.858.950,00	12.858.950,00	1.951.977,74	15,180	8.523.229,79	66,280	4.335.720,21
RECEITA TRIBUTÁRIA		1.273.300,00	1.273.300,00	109.552,30	8,600	981.802,69	77,110	291.497,31
IMPOSTOS		950.000,00	950.000,00	95.919,34	10,100	756.338,68	79,610	193.661,32
TAXAS		260.300,00	260.300,00	12.186,97	4,680	222.257,32	85,390	38.042,68
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		63.000,00	63.000,00	1.445,99	2,300	3.206,69	5,090	59.793,31
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		300.000,00	300.000,00	88.942,17	29,650	204.359,00	68,120	95.641,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00	390,00	0,000	2.219,35	0,000	-2.219,35
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS		300.000,00	300.000,00	88.552,17	29,520	202.139,65	67,380	97.860,35
RECEITA PATRIMONIAL		85.600,00	85.600,00	6.959,84	8,130	32.878,00	38,410	52.722,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS		41.900,00	41.900,00	3.391,66	8,090	15.871,17	37,880	26.028,83
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		43.700,00	43.700,00	3.568,18	8,170	17.006,83	38,920	26.693,17
RECEITA DE SERVIÇOS		212.000,00	212.000,00	36.950,47	17,430	104.092,50	49,100	107.907,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		10.770.400,00	10.770.400,00	1.673.830,02	15,540	7.094.461,85	65,870	3.675.938,15
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		10.011.000,00	10.011.000,00	1.459.927,22	14,580	6.421.069,71	64,140	3.589.930,29
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		759.400,00	759.400,00	213.902,80	28,170	673.392,14	88,670	86.007,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		217.650,00	217.650,00	35.742,94	16,420	105.635,75	48,530	112.014,25
MULTAS E JUROS DE MORA		48.700,00	48.700,00	11.087,87	22,770	31.390,29	64,460	17.309,71
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		40.000,00	40.000,00	1.772,98	4,430	2.070,77	5,180	37.929,23
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		116.000,00	116.000,00	22.766,52	19,630	71.366,20	61,520	44.633,80
RECEITAS DIVERSAS		12.950,00	12.950,00	115,57	0,890	808,49	6,240	12.141,51
RECEITAS DE CAPITAL		1.500.800,00	1.500.800,00	66.600,00	4,440	81.600,00	5,440	1.419.200,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		250.000,00	250.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	250.000,00
Operações de Crédito Internas		250.000,00	250.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	250.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS		85.000,00	85.000,00	16.600,00	19,530	31.600,00	37,180	53.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		85.000,00	85.000,00	16.600,00	19,530	16.600,00	19,530	68.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00	0,00	0,000	15.000,00	0,000	-15.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.165.000,00	1.165.000,00	50.000,00	4,290	50.000,00	4,290	1.115.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		415.000,00	415.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	415.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		750.000,00	750.000,00	50.000,00	6,670	50.000,00	6,670	700.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		800,00	800,00	0,00	0,000	0,00	0,000	800,00
Outras Receitas		800,00	800,00	0,00	0,000	0,00	0,000	800,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)		14.359.750,00	14.359.750,00	2.018.577,74	100,000	8.604.829,79	100,000	5.754.920,21
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)		0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)		14.359.750,00	14.359.750,00	2.018.577,74	100,000	8.604.829,79	100,000	5.754.920,21
DÉFICIT (VI)						120.396,37		
TOTAL (VII)=(V+VI)		14.359.750,00	14.359.750,00	2.018.577,74		8.604.829,79		
Saldo de Ex.Anteriores (Util.p/Cred.Adicionais)						473.469,83		

DESPESAS	D O T A Ç ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A			Saldo a
	Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	Empenhar
		(d)	(e)	(f)=(d+e)			(g)	(g/f)	(f-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)		14.359.750,00	712.769,83	15.072.519,83	2.404.547,73	8.856.419,86	2.449.623,31	8.725.226,16	6.347.293,67
DESPESAS CORRENTES		11.631.975,00	419.839,83	12.051.814,83	2.080.005,63	7.880.808,44	2.127.496,21	7.752.029,74	4.299.785,09
Pessoal e Encargos Sociais		5.771.450,00	190.050,00	5.961.500,00	1.047.654,64	3.957.106,89	1.047.654,64	3.957.106,89	2.004.393,11
Juros/Encargos da Dívida		200.000,00	-20.000,00	180.000,00	13.715,76	100.401,53	13.715,76	100.401,53	79.598,47



+=[CPL]-----{ 002 }+

|

| Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Balanço Orçamentário |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |

+-----+

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A			Saldo a
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	%	Empenhar
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(g/f)	(f-g)
Outras despesas Correntes	5.660.525,00	249.789,83	5.910.314,83	1.018.635,23	3.823.300,02	1.066.125,81	3.694.521,32	62,51	2.215.793,51
DESPESAS DE CAPITAL	2.712.775,00	292.930,00	3.005.705,00	324.542,10	975.611,42	322.127,10	973.196,42	32,38	2.032.508,58
Investimentos	2.512.775,00	312.930,00	2.825.705,00	302.242,31	858.693,71	299.827,31	856.278,71	30,30	1.969.426,29
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	200.000,00	-20.000,00	180.000,00	22.299,79	116.917,71	22.299,79	116.917,71	64,95	63.082,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	14.359.750,00	712.769,83	15.072.519,83	2.404.547,73	8.856.419,86	2.449.623,31	8.725.226,16	57,89	6.347.293,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliár	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	14.359.750,00	712.769,83	15.072.519,83	2.404.547,73	8.856.419,86	2.449.623,31	8.725.226,16	57,89	6.347.293,67
SUPERÁVIT (XIII)						0,00	0,00		
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	14.359.750,00	712.769,83	15.072.519,83	2.404.547,73	8.856.419,86	2.449.623,31	8.725.226,16		6.347.293,67

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00		0,00		

DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A			Saldo a
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	%	Empenhar
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(g/f)	(f-g)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo II

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção    |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                  |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO              |
+-----+

```

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	SALDO
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		14.359.750,00	15.072.519,83	2.404.547,73	8.856.419,86	2.449.623,31	8.725.226,16	100,00	57,89	6.347.293,67
01	LEGISLATIVA	627.000,00	627.000,00	89.275,29	400.531,91	90.266,16	397.316,61	4,55	63,37	229.683,39
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	627.000,00	627.000,00	89.275,29	400.531,91	90.266,16	397.316,61	4,55	63,37	229.683,39
	Subtotal	627.000,00	627.000,00	89.275,29	400.531,91	90.266,16	397.316,61	4,55	63,37	229.683,39
04	ADMINISTRAÇÃO	1.770.000,00	1.758.500,00	299.334,70	1.016.454,18	311.056,78	994.113,55	11,39	56,53	764.386,45
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.755.000,00	1.756.500,00	299.334,70	1.016.454,18	311.056,78	994.113,55	11,39	56,60	762.386,45
04.123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	15.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
	Subtotal	2.397.000,00	2.385.500,00	388.609,99	1.416.986,09	401.322,94	1.391.430,16	15,95	58,33	994.069,84
06	SEGURANÇA PÚBLICA	200.000,00	200.000,00	91.433,27	133.597,00	91.470,10	125.508,57	1,44	62,75	74.491,43
06.181	POLICIAMENTO	70.000,00	70.000,00	2.587,05	25.281,77	2.587,05	19.693,34	0,23	28,13	50.306,66
06.182	DEFESA CIVIL	130.000,00	130.000,00	88.846,22	108.315,23	88.883,05	105.815,23	1,21	81,40	24.184,77
	Subtotal	2.597.000,00	2.585.500,00	480.043,26	1.550.583,09	492.793,04	1.516.938,73	17,39	58,67	1.068.561,27
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	305.645,00	344.945,00	58.961,16	183.244,11	62.877,20	171.144,94	1,96	49,62	173.800,06
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	21.075,00	21.075,00	30,71	2.166,27	30,71	2.166,27	0,02	10,28	18.908,73
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	284.570,00	323.870,00	58.930,45	181.077,84	62.846,49	168.978,67	1,94	52,17	154.891,33
	Subtotal	2.902.645,00	2.930.445,00	539.004,42	1.733.827,20	555.670,24	1.688.083,67	19,35	57,61	1.242.361,33
10	SAÚDE	2.736.500,00	3.182.469,83	572.751,64	2.347.186,51	592.810,12	2.329.503,43	26,70	73,20	852.966,40
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.578.000,00	3.022.540,39	547.939,63	2.271.427,22	567.998,11	2.253.744,14	25,83	74,56	768.796,25
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.500,00	3.500,00	0,00	1.354,59	0,00	1.354,59	0,02	38,70	2.145,41
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	25.000,00	26.429,44	6.043,90	15.135,89	6.043,90	15.135,89	0,17	57,27	11.293,55
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	130.000,00	130.000,00	18.768,11	59.268,81	18.768,11	59.268,81	0,68	45,59	70.731,19
	Subtotal	5.639.145,00	6.112.914,83	1.111.756,06	4.081.013,71	1.148.480,36	4.017.587,10	46,05	65,72	2.095.327,73
11	TRABALHO	65.550,00	36.550,00	32.800,00	35.738,50	32.800,00	35.738,50	0,41	97,78	811,50
11.334	FOMENTO AO TRABALHO	65.050,00	36.050,00	32.800,00	35.738,50	32.800,00	35.738,50	0,41	99,14	311,50
11.781	TRANSPORTE AÉREO	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
	Subtotal	5.704.695,00	6.149.464,83	1.144.556,06	4.116.752,21	1.181.280,36	4.053.325,60	46,46	65,91	2.096.139,23
12	EDUCAÇÃO	4.195.250,00	4.130.250,00	570.922,02	2.156.934,01	581.422,37	2.138.229,41	24,51	51,77	1.992.020,59
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	4.050.250,00	4.038.250,00	553.309,32	2.106.488,39	563.809,67	2.087.783,79	23,93	51,70	1.950.466,21
12.364	ENSINO SUPERIOR	75.000,00	75.000,00	16.348,60	45.856,60	16.348,60	45.856,60	0,53	61,14	29.143,40
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	60.000,00	7.000,00	1.264,10	1.949,02	1.264,10	1.949,02	0,02	27,84	5.050,98
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	10.000,00	0,00	2.640,00	0,00	2.640,00	0,03	26,40	7.360,00
	Subtotal	9.899.945,00	10.279.714,83	1.715.478,08	6.273.686,22	1.762.702,73	6.191.555,01	70,96	60,23	4.088.159,82
13	CULTURA	31.000,00	75.000,00	10.547,00	45.754,26	8.198,30	42.172,17	0,48	56,23	32.827,83
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	31.000,00	75.000,00	10.547,00	45.754,26	8.198,30	42.172,17	0,48	56,23	32.827,83
	Subtotal	9.930.945,00	10.354.714,83	1.726.025,08	6.319.440,48	1.770.901,03	6.233.727,18	71,44	60,20	4.120.987,65
15	URBANISMO	1.109.750,00	1.109.750,00	157.289,62	475.567,71	154.874,62	473.152,71	5,42	42,64	636.597,29
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	447.750,00	487.750,00	34.009,86	136.151,06	31.594,86	133.736,06	1,53	27,42	354.013,94
15.452	SERVIÇOS URBANOS	662.000,00	622.000,00	123.279,76	339.416,65	123.279,76	339.416,65	3,89	54,57	282.583,35
	Subtotal	11.040.695,00	11.464.464,83	1.883.314,70	6.795.008,19	1.925.775,65	6.706.879,89	76,87	58,50	4.757.584,94
16	HABITAÇÃO	380.650,00	454.650,00	1.312,50	181.364,73	1.312,50	181.364,73	2,08	39,89	273.285,27
16.482	HABITAÇÃO URBANA	380.650,00	454.650,00	1.312,50	181.364,73	1.312,50	181.364,73	2,08	39,89	273.285,27
	Subtotal	11.421.345,00	11.919.114,83	1.884.627,20	6.976.372,92	1.927.088,15	6.888.244,62	78,95	57,79	5.030.870,21
17	SANEAMENTO	40.750,00	40.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.750,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	40.750,00	40.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.750,00
	Subtotal	11.462.095,00	11.959.864,83	1.884.627,20	6.976.372,92	1.927.088,15	6.888.244,62	78,95	57,59	5.071.620,21
20	AGRICULTURA	462.355,00	571.355,00	135.288,60	279.424,86	128.720,60	264.623,18	3,03	46,32	306.731,82
20.606	EXTENÇÃO RURAL	462.355,00	571.355,00	135.288,60	279.424,86	128.720,60	264.623,18	3,03	46,32	306.731,82
	Subtotal	11.924.450,00	12.531.219,83	2.019.915,80	7.255.797,78	2.055.808,75	7.152.867,80	81,98	57,08	5.378.352,03
24	COMUNICAÇÕES	35.000,00	25.000,00	1.200,00	13.885,00	2.636,27	12.569,81	0,14	50,28	12.430,19

```

+=[ CPL ]=====-----{ 002 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                  |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO              |
+-----+

```

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	35.000,00	25.000,00	1.200,00	13.885,00	2.636,27	12.569,81	0,14	50,28	12.430,19
	Subtotal	11.959.450,00	12.556.219,83	2.021.115,80	7.269.682,78	2.058.445,02	7.165.437,61	82,12	57,07	5.390.782,22
26	TRANSPORTE	1.306.200,00	1.476.200,00	263.358,50	993.569,98	265.535,38	974.957,38	11,17	66,05	501.242,62
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.306.200,00	1.476.200,00	263.358,50	993.569,98	265.535,38	974.957,38	11,17	66,05	501.242,62
	Subtotal	13.265.650,00	14.032.419,83	2.284.474,30	8.263.252,76	2.323.980,40	8.140.394,99	93,30	58,01	5.892.024,84
27	DESPORTO E LAZER	229.100,00	215.100,00	18.275,07	89.065,96	23.844,55	80.730,03	0,93	37,53	134.369,97
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	229.100,00	215.100,00	18.275,07	89.065,96	23.844,55	80.730,03	0,93	37,53	134.369,97
	Subtotal	13.494.750,00	14.247.519,83	2.302.749,37	8.352.318,72	2.347.824,95	8.221.125,02	94,22	57,70	6.026.394,81
28	ENCARGOS ESPECIAIS	850.000,00	810.000,00	101.798,36	504.101,14	101.798,36	504.101,14	5,78	62,23	305.898,86
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	210.000,00	210.000,00	34.809,90	136.102,19	34.809,90	136.102,19	1,56	64,81	73.897,81
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	400.000,00	360.000,00	36.015,55	217.319,24	36.015,55	217.319,24	2,49	60,37	142.680,76
28.845	TRANSFERÊNCIAS	140.000,00	140.000,00	20.972,91	95.443,68	20.972,91	95.443,68	1,09	68,17	44.556,32
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	100.000,00	100.000,00	10.000,00	55.236,03	10.000,00	55.236,03	0,63	55,24	44.763,97
	Subtotal	14.344.750,00	15.057.519,83	2.404.547,73	8.856.419,86	2.449.623,31	8.725.226,16	100,00	57,95	6.332.293,67
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
	Subtotal	14.359.750,00	15.072.519,83	2.404.547,73	8.856.419,86	2.449.623,31	8.725.226,16	100,00	57,89	6.347.293,67
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III)=(I+II)	14.359.750,00	15.072.519,83	2.404.547,73	8.856.419,86	2.449.623,31	8.725.226,16	100,00	57,89	6.347.293,67

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo IIA

+= [CPL] =-----		Município de CATANDUVAS		-----[001] +	
		Relatório Resumido da Execução Orçamentária		CONSOLIDADO	
		Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção			
		Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			
		JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO			

LRF. Art.52, inciso II, alinea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	Restos a Pagar		+- ((B+C)/TOTAL(B+C))			
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Não Process.	(C)	%	+- ((b+c)/a)	%	(a-(b+c))	SALDO
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			(A)				(B)							
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		14.359.750,00	15.072.519,83	2.404.547,73	8.856.419,86	2.449.623,31	8.725.226,16	131.193,70	100,00	58,76	6.216.099,97			
01	LEGISLATIVA	627.000,00	627.000,00	89.275,29	400.531,91	90.266,16	397.316,61	3.215,30	4,52	63,88	226.468,09			
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	627.000,00	627.000,00	89.275,29	400.531,91	90.266,16	397.316,61	3.215,30	4,52	63,88	226.468,09			
	Subtotal	627.000,00	627.000,00	89.275,29	400.531,91	90.266,16	397.316,61	3.215,30	4,52	63,88	226.468,09			
04	ADMINISTRAÇÃO	1.770.000,00	1.758.500,00	299.334,70	1.016.454,18	311.056,78	994.113,55	22.340,63	11,48	57,80	742.045,82			
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.755.000,00	1.756.500,00	299.334,70	1.016.454,18	311.056,78	994.113,55	22.340,63	11,48	57,87	740.045,82			
04.123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	15.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00			
	Subtotal	2.397.000,00	2.385.500,00	388.609,99	1.416.986,09	401.322,94	1.391.430,16	25.555,93	16,00	59,40	968.513,91			
06	SEGURANÇA PÚBLICA	200.000,00	200.000,00	91.433,27	133.597,00	91.470,10	125.508,57	8.088,43	1,51	66,80	66.403,00			
06.181	POLICIAMENTO	70.000,00	70.000,00	2.587,05	25.281,77	2.587,05	19.693,34	5.588,43	0,29	36,12	44.718,23			
06.182	DEFESA CIVIL	130.000,00	130.000,00	88.846,22	108.315,23	88.883,05	105.815,23	2.500,00	1,22	83,32	21.684,77			
	Subtotal	2.597.000,00	2.585.500,00	480.043,26	1.550.583,09	492.793,04	1.516.938,73	33.644,36	17,51	59,97	1.034.916,91			
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	305.645,00	344.945,00	58.961,16	183.244,11	62.877,20	171.144,94	12.099,17	2,07	53,12	161.700,89			
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	21.075,00	21.075,00	30,71	2.166,27	30,71	2.166,27	0,00	0,02	10,28	18.908,73			
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	284.570,00	323.870,00	58.930,45	181.077,84	62.846,49	168.978,67	12.099,17	2,04	55,91	142.792,16			
	Subtotal	2.902.645,00	2.930.445,00	539.004,42	1.733.827,20	555.670,24	1.688.083,67	45.743,53	19,58	59,17	1.196.617,80			
10	SAÚDE	2.736.500,00	3.182.469,83	572.751,64	2.347.186,51	592.810,12	2.329.503,43	17.683,08	26,50	73,75	835.283,32			
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.578.000,00	3.022.540,39	547.939,63	2.271.427,22	567.998,11	2.253.744,14	17.683,08	25,65	75,15	751.113,17			
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.500,00	3.500,00	0,00	1.354,59	0,00	1.354,59	0,00	0,02	38,70	2.145,41			
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	25.000,00	26.429,44	6.043,90	15.135,89	6.043,90	15.135,89	0,00	0,17	57,27	11.293,55			
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	130.000,00	130.000,00	18.768,11	59.268,81	18.768,11	59.268,81	0,00	0,67	45,59	70.731,19			
	Subtotal	5.639.145,00	6.112.914,83	1.111.756,06	4.081.013,71	1.148.480,36	4.017.587,10	63.426,61	46,08	66,76	2.031.901,12			
11	TRABALHO	65.550,00	36.550,00	32.800,00	35.738,50	32.800,00	35.738,50	0,00	0,40	97,78	811,50			
11.334	FOMENTO AO TRABALHO	65.050,00	36.050,00	32.800,00	35.738,50	32.800,00	35.738,50	0,00	0,40	99,14	311,50			
11.781	TRANSPORTE AÉREO	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00			
	Subtotal	5.704.695,00	6.149.464,83	1.144.556,06	4.116.752,21	1.181.280,36	4.053.325,60	63.426,61	46,48	66,94	2.032.712,62			
12	EDUCAÇÃO	4.195.250,00	4.130.250,00	570.922,02	2.156.934,01	581.422,37	2.138.229,41	18.704,60	24,35	52,22	1.973.315,99			
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	4.050.250,00	4.038.250,00	553.309,32	2.106.488,39	563.809,67	2.087.783,79	18.704,60	23,78	52,16	1.931.761,61			
12.364	ENSINO SUPERIOR	75.000,00	75.000,00	16.348,60	45.856,60	16.348,60	45.856,60	0,00	0,52	61,14	29.143,40			
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	60.000,00	7.000,00	1.264,10	1.949,02	1.264,10	1.949,02	0,00	0,02	27,84	5.050,98			
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	10.000,00	0,00	2.640,00	0,00	2.640,00	0,00	0,03	26,40	7.360,00			
	Subtotal	9.899.945,00	10.279.714,83	1.715.478,08	6.273.686,22	1.762.702,73	6.191.555,01	82.131,21	70,84	61,03	4.006.028,61			
13	CULTURA	31.000,00	75.000,00	10.547,00	45.754,26	8.198,30	42.172,17	3.582,09	0,52	61,01	29.245,74			
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	31.000,00	75.000,00	10.547,00	45.754,26	8.198,30	42.172,17	3.582,09	0,52	61,01	29.245,74			
	Subtotal	9.930.945,00	10.354.714,83	1.726.025,08	6.319.440,48	1.770.901,03	6.233.727,18	85.713,30	71,35	61,03	4.035.274,35			
15	URBANISMO	1.109.750,00	1.109.750,00	157.289,62	475.567,71	154.874,62	473.152,71	2.415,00	5,37	42,85	634.182,29			
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	447.750,00	487.750,00	34.009,86	136.151,06	31.594,86	133.736,06	2.415,00	1,54	27,91	351.598,94			
15.452	SERVIÇOS URBANOS	662.000,00	622.000,00	123.279,76	339.416,65	123.279,76	339.416,65	0,00	3,83	54,57	282.583,35			
	Subtotal	11.040.695,00	11.464.464,83	1.883.314,70	6.795.008,19	1.925.775,65	6.706.879,89	88.128,30	76,72	59,27	4.669.456,64			
16	HABITAÇÃO	380.650,00	454.650,00	1.312,50	181.364,73	1.312,50	181.364,73	0,00	2,05	39,89	273.285,27			
16.482	HABITAÇÃO URBANA	380.650,00	454.650,00	1.312,50	181.364,73	1.312,50	181.364,73	0,00	2,05	39,89	273.285,27			
	Subtotal	11.421.345,00	11.919.114,83	1.884.627,20	6.976.372,92	1.927.088,15	6.888.244,62	88.128,30	78,77	58,53	4.942.741,91			
17	SANEAMENTO	40.750,00	40.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.750,00			
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	40.750,00	40.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.750,00			
	Subtotal	11.462.095,00	11.959.864,83	1.884.627,20	6.976.372,92	1.927.088,15	6.888.244,62	88.128,30	78,77	58,33	4.983.491,91			
20	AGRICULTURA	462.355,00	571.355,00	135.288,60	279.424,86	128.720,60	264.623,18	14.801,68	3,16	48,91	291.930,14			
20.606	EXTENÇÃO RURAL	462.355,00	571.355,00	135.288,60	279.424,86	128.720,60	264.623,18	14.801,68	3,16	48,91	291.930,14			
	Subtotal	11.924.450,00	12.531.219,83	2.019.915,80	7.255.797,78	2.055.808,75	7.152.867,80	102.929,98	81,93	57,90	5.275.422,05			
24	COMUNICAÇÕES	35.000,00	25.000,00	1.200,00	13.885,00	2.636,27	12.569,81	1.315,19	0,16	55,54	11.115,00			

+=[CPL]-----{ 002 }+											
+-----+											
LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II											

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))		
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar		+- ((b+c)/a)	
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)						Não Process.	%	% (a-(b+c))	SALDO
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	35.000,00	25.000,00	1.200,00	13.885,00	2.636,27	12.569,81	1.315,19	0,16	55,54	11.115,00
	Subtotal	11.959.450,00	12.556.219,83	2.021.115,80	7.269.682,78	2.058.445,02	7.165.437,61	104.245,17	82,08	57,90	5.286.537,05
26	TRANSPORTE	1.306.200,00	1.476.200,00	263.358,50	993.569,98	265.535,38	974.957,38	18.612,60	11,22	67,31	482.630,02
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.306.200,00	1.476.200,00	263.358,50	993.569,98	265.535,38	974.957,38	18.612,60	11,22	67,31	482.630,02
	Subtotal	13.265.650,00	14.032.419,83	2.284.474,30	8.263.252,76	2.323.980,40	8.140.394,99	122.857,77	93,30	58,89	5.769.167,07
27	DESPORTO E LAZER	229.100,00	215.100,00	18.275,07	89.065,96	23.844,55	80.730,03	8.335,93	1,01	41,41	126.034,04
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	229.100,00	215.100,00	18.275,07	89.065,96	23.844,55	80.730,03	8.335,93	1,01	41,41	126.034,04
	Subtotal	13.494.750,00	14.247.519,83	2.302.749,37	8.352.318,72	2.347.824,95	8.221.125,02	131.193,70	94,31	58,62	5.895.201,11
28	ENCARGOS ESPECIAIS	850.000,00	810.000,00	101.798,36	504.101,14	101.798,36	504.101,14	0,00	5,69	62,23	305.898,86
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	210.000,00	210.000,00	34.809,90	136.102,19	34.809,90	136.102,19	0,00	1,54	64,81	73.897,81
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	400.000,00	360.000,00	36.015,55	217.319,24	36.015,55	217.319,24	0,00	2,45	60,37	142.680,76
28.845	TRANSFERÊNCIAS	140.000,00	140.000,00	20.972,91	95.443,68	20.972,91	95.443,68	0,00	1,08	68,17	44.556,32
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	100.000,00	100.000,00	10.000,00	55.236,03	10.000,00	55.236,03	0,00	0,62	55,24	44.763,97
	Subtotal	14.344.750,00	15.057.519,83	2.404.547,73	8.856.419,86	2.449.623,31	8.725.226,16	131.193,70	100,00	58,82	6.201.099,97
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
	Subtotal	14.359.750,00	15.072.519,83	2.404.547,73	8.856.419,86	2.449.623,31	8.725.226,16	131.193,70	100,00	58,76	6.216.099,97
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)		14.359.750,00	15.072.519,83	2.404.547,73	8.856.419,86	2.449.623,31	8.725.226,16	131.193,70	100,00	58,76	6.216.099,97
Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.											

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))		
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar		+- ((b+c)/a)	
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)						Não Process.	%	% (a-(b+c))	SALDO
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.											

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo III

```

+=[ CPL ]-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida                |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                |
|                               SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009                            |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	09/2008	10/2008	11/2008	12/2008	01/2009	02/2009	03/2009
RECEITAS CORRENTES (I)	1.125.277,08	1.202.880,35	1.167.975,19	1.649.594,64	1.097.878,45	1.062.341,89	1.481.534,41
Receita Tributária	94.181,17	140.500,87	87.342,47	82.810,26	57.403,16	119.095,92	426.492,53
IPTU	3.017,20	5.274,90	1.932,02	2.284,90	0,00	0,00	316.057,34
ISS	71.093,47	33.731,05	44.283,75	36.236,57	25.994,23	26.739,44	47.206,54
ITBI	3.724,02	3.029,94	6.778,31	2.453,60	5.694,83	1.431,61	5.714,48
Outras	16.346,48	98.464,98	34.348,39	41.835,19	25.714,10	90.924,87	57.514,17
Receita de Contribuições	24.376,25	4.698,79	11.170,44	6.217,33	31.081,88	28.840,14	0,00
Receita Patrimonial	4.992,66	6.066,65	6.531,37	9.438,81	3.121,04	3.246,25	3.188,77
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	10.822,28	8.363,53	6.065,05	2.424,51	1.185,46	2.588,50	15.217,60
Transferências Correntes	964.961,82	1.034.783,84	1.049.970,20	1.283.307,38	994.779,54	901.672,96	1.023.294,22
Cota-Parte do FPM	290.059,23	276.059,80	349.823,52	536.836,77	341.245,29	318.128,71	255.568,11
Cota-Parte do ICMS	392.274,59	403.560,66	370.014,38	416.431,52	376.586,59	338.825,05	443.799,13
Cota-Parte do IPVA	45.593,60	52.729,13	30.249,53	18.668,68	25.632,66	47.646,51	62.861,72
Cota-Parte do ITR	627,62	4.802,25	1.315,87	461,02	0,00	0,00	12,54
Transf.da LC 87/1996	3.223,45	3.223,45	3.223,45	3.223,45	7.765,53	3.137,81	3.137,81
Transferência do FUNDEB	139.647,25	135.942,99	146.668,78	123.649,37	168.362,70	142.142,24	152.393,77
Outras Transferências	93.536,08	158.465,56	148.674,67	184.036,57	75.186,77	51.792,64	105.521,14
Demais Receitas Correntes	25.942,90	8.466,67	6.895,66	265.396,35	10.307,37	6.898,12	13.341,29
II-DEDUÇÕES	133.803,67	134.813,61	138.808,68	148.531,33	152.069,88	143.263,84	154.204,76
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	133.803,67	134.813,61	138.808,68	148.531,33	152.069,88	143.263,84	154.204,76
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	991.473,41	1.068.066,74	1.029.166,51	1.501.063,31	945.808,57	919.078,05	1.327.329,65

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

TÉC. EM CONTABILIDADE

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo V

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
|                               Orçamento da Seguridade Social                          |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO                |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Reserva do RPPS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	Anterior (07/2009)	Anterior (2008)	Atual (2009)

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo VI

```

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo do Resultado Nominal                      |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO            |
+-----+

```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

Especificação	Saldo		
	Exercício	Bimestre	Bimestre
	Anterior (A)	Anterior (B)	Atual (C)
Divida Consolidada (I)	344.376,39	249.758,47	227.458,68
DEDUÇÕES (II)	333.387,79	1.079.674,92	879.956,27
Ativo Disponível	355.756,11	1.079.679,06	879.960,41
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	-22.368,32	-4,14	-4,14
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	10.988,60	-829.916,45	-652.497,59
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	10.988,60	-829.916,45	-652.497,59

Especificação	Período de Referencia	
	No Bimestre	Até Bimestre
	(c-b)	(c-a)
RESULTADO NOMINAL	177.418,86	-663.486,19

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	130.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

 TÊC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo VII

```

+=[ CPL ]=====+-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo do Resultado Primario                      |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO              |
|=====+-----+

```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
RECEITAS PRIMARIAS				
Receitas Primarias Correntes (I)	12.815.250,00	1.948.409,56	8.506.222,96	8.076.393,74
Receita Tributária	1.273.300,00	109.552,30	981.802,69	860.631,04
IPTU	300.000,00	6.140,74	370.985,05	275.118,18
ISS	430.000,00	66.172,10	300.397,23	317.408,14
IRRF	160.000,00	11.902,68	43.092,25	36.157,56
ITBI	60.000,00	11.703,82	41.864,15	36.374,25
Outras	323.300,00	13.632,96	225.464,01	195.572,91
Receita de Contribuição	300.000,00	88.942,17	204.359,00	158.701,95
Outras Contribuições	300.000,00	88.942,17	204.359,00	158.701,95
Receita Patrimonial Líquida	41.900,00	3.391,66	15.871,17	17.450,00
Receita Patrimonial	85.600,00	6.959,84	32.878,00	35.482,48
(-) Aplicações Financeiras	43.700,00	3.568,18	17.006,83	18.032,48
Transferências Correntes	10.770.400,00	1.673.830,02	7.094.461,85	6.777.278,39
FPM	3.520.000,00	413.197,96	1.925.456,70	2.539.805,31
ICMS	3.680.000,00	572.115,73	2.436.616,73	2.969.465,99
Outras Transferências	3.570.400,00	688.516,33	2.732.388,42	1.268.007,09
Demais Receitas Correntes	429.650,00	72.693,41	209.728,25	262.332,36
Dívida Ativa	116.000,00	22.766,52	71.366,20	24.773,46
Diversas Receitas Correntes	313.650,00	49.926,89	138.362,05	237.558,90
Receitas de Capital (II)	1.500.800,00	66.600,00	81.600,00	604.177,34
(-) Operações de Crédito (III)	250.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	85.000,00	16.600,00	31.600,00	0,00
Transferências de Capital	1.165.000,00	50.000,00	50.000,00	604.177,34
Outras Transferências de Capital	1.165.000,00	50.000,00	50.000,00	604.177,34
Outras Receitas de Capital	800,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	1.165.800,00	50.000,00	50.000,00	604.177,34
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	13.981.050,00	1.998.409,56	8.556.222,96	8.680.571,08

	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
DESPESAS PRIMARIAS				
Despesas Correntes (VIII)	12.051.814,83	2.127.496,21	7.752.029,74	7.279.379,25
Pessoal e Encargos Sociais	5.961.500,00	1.047.654,64	3.957.106,89	3.591.782,12
Outras Despesas Correntes	5.910.314,83	1.066.125,81	3.694.521,32	3.560.727,29
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	180.000,00	13.715,76	100.401,53	126.869,84
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	11.871.814,83	2.113.780,45	7.651.628,21	7.152.509,41
Despesas de Capital (XI)	3.005.705,00	322.127,10	973.196,42	1.118.633,27
Investimentos	2.825.705,00	299.827,31	856.278,71	983.752,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	180.000,00	22.299,79	116.917,71	134.881,06
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTit.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	2.825.705,00	299.827,31	856.278,71	983.752,21
Reserva de Conting. (XVI)	15.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	14.712.519,83	2.413.607,76	8.507.906,92	8.136.261,62
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-731.469,83	-415.198,20	48.316,04	544.309,46
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			473.673,15	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-22.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo IX

```

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão          |
|                               Orçamento da Seguridade Social                          |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2009                                  |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2008				Em 31 de Dez. de 2008				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS										
	0,00	21.103,67	20.000,00	1.103,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	0,00	973,26	0,00	973,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS										
	0,00	287,25	0,00	287,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM										
	0,00	4,14	0,00	0,00	4,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	22.368,32	20.000,00	2.364,18	4,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.										

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2008				Em 31 de Dez. de 2008				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.										

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo X

```

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                               |
|                               Demonstrativo das Receitas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino                               |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                               |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO                               |
+-----+

```

Lei 9.394/96, Art.72 - Anexo X

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas		% (b/a)
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	10.933.000,00	10.933.000,00	1.493.521,44	6.846.249,36	62,62
Receitas de Impostos	1.113.000,00	1.113.000,00	129.767,28	859.012,60	77,18
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Terri	300.000,00	300.000,00	6.140,74	370.985,05	123,66
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendiment	160.000,00	160.000,00	11.902,68	43.092,25	26,93
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais	60.000,00	60.000,00	11.703,82	41.864,15	69,77
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	430.000,00	430.000,00	66.172,10	300.397,23	69,86
Multas e Juros de Mora dos Tributos	17.000,00	17.000,00	815,24	6.745,58	39,68
Multas Previstas na Legislação de Trânsito	30.000,00	30.000,00	10.266,18	24.562,14	81,87
Receita da Dívida Ativa Tributária	91.000,00	91.000,00	22.766,52	71.296,70	78,35
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	25.000,00	25.000,00	0,00	69,50	0,28
Receitas de Transf. Constitucionais e Legais	9.820.000,00	9.820.000,00	1.363.754,16	5.987.236,76	60,97
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Mun	4.400.000,00	4.400.000,00	516.497,40	2.406.616,23	54,70
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Terri	10.000,00	10.000,00	876,45	1.010,70	10,11
Transferencia Financ do ICMS-Deson.-LC 87/9	43.000,00	43.000,00	6.275,62	29.730,20	69,14
Cota-Parte do ICMS	4.600.000,00	4.600.000,00	715.144,62	3.045.776,28	66,21
Cota-Parte do IPVA	615.000,00	615.000,00	109.687,38	439.959,68	71,54
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	152.000,00	152.000,00	15.272,69	64.143,67	42,20
Receita Destinada a Formação do FUNDEB (II)	-1.964.000,00	-1.964.000,00	-272.750,59	-1.197.022,97	60,95
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	1.700.000,00	1.700.000,00	298.505,33	1.253.446,82	73,73
Transferencias Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	1.700.000,00	1.700.000,00	298.505,33	1.253.446,82	73,73
Transf.Rec.Fundo Manut.Desenv.Educ.Básica Va	1.020.000,00	1.020.000,00	179.103,20	752.068,11	73,73
Transf.Rec.Fundo Manut.Desenv.Educ.Básica Va	680.000,00	680.000,00	119.402,13	501.378,71	73,73
Total das Receitas (VI)=(I+III-II)	10.669.000,00	10.669.000,00	1.519.276,18	6.902.673,21	64,70

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por Vinculação	Dotação		Despesas Liquidadas		% (d/c)
	Inicial	Atualizada(c)	No Bim.	Até o Bim. (d)	
Vinculadas às Receitas Result.de Impostos	4.110.250,00	4.045.250,00	339.040,66	1.204.333,06	29,77
Desp.com Educ.Inf.em Creches e Pré-Escolas (VIII)	60.000,00	7.000,00	1.264,10	1.949,02	27,84
Despesas com Ensino Fundamental (VII)	4.050.250,00	4.038.250,00	337.776,56	1.202.384,04	29,77
Vinculadas ao FUNDEB, no Ensino Fundamental (IX)	1.360.000,00	1.475.000,00	226.033,11	885.399,75	60,03
Pagamento dos Professores do Ens.Fundam. (X)	1.360.000,00	1.475.000,00	226.033,11	885.399,75	60,03
Total das Despesas com Ensino (XI)	5.470.250,00	5.520.250,00	565.073,77	2.089.732,81	37,86

[se II>IV] = Perda nas Transferencias do FUNDEB (XII) 0,00

[se II<IV] = Ganho nas Transferencias do FUNDEB -56.423,85

Deduções da Despesa	Valor
Parcela do ganho/complementação do FUNDEB aplicada no exercício (XIII)	-56.423,85
Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Educação/RP Inscritos sem Disponibilidade Financeira Vinculada(1)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XIV)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
Despesas Vinculadas ao Superávit Financeiro do Ganho/Complementação do FUNDEB do Exercício Anterior(XV)	0,00
Rec.de conv.na educação não aplic.no exerc.ant.	0,00
Rec.Rem. Dep.Banc.de Rec.Vinc.-FUNDEB	-5.565,74
Transferência do Salário-Educação	-125.111,40
CONVENIO TRANSPORTE ESCOLAR	-184.811,96
Total(XVI)	-371.912,95

```

+=[ CPL ]-----{ 002 }+
|
|               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|               Demonstrativo das Receitas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino |
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                    |
|               JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO                |
+-----+
Lei 9.394/96, Art.72 - Anexo X

```

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Educação	Aplic.Min. em 2008 (e)	Aplic.Apurada em 2008 (F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2008	Can.em 2009 (g)
RP de Desp.com Manut. e Desenv.do Ensino	25,00	28,44	0,00	0,00
RP de Desp.com Ensino Fundamental	25,00	28,44	0,00	0,00

Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2009 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (XVII) Ensino Fundamental (XVIII)	Valor
	0,00
	0,00

Total das Despesas Consideradas p/ fins de Limite Constitucional (XIX) = (VII+VIII+IX+XII) - (XVI)	1.717.819,86
--	--------------

Tabela de Cumprimento dos Limites Constitucionais(2)	%
Min.de <25%/18%> das Receitas result. de Imp.na Manut. e Desenv. do Ensino ((XIX-XVII)/I).Caput do Art.212 da CF/88	25,09
Min.de <60%/30%> das Despesas com MDE no Ensino Fundamental [(VII+IX+XII) - (XIII+XIV+XV+XVIII)] / (IX0.25).	
Caput §6° do Art.60 do ADCT da CF/88	143,71
Min.de 60% do FUNDEB na Remuneração do Mag. Ens. Fundamental (X/IV).§5° do Art.60 do ADCT da CF/88	70,64

	Em 31 de Dezembro de 2008	Até o Bim.
SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	165.290,19	528.640,26

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por SubFunção	Dotação		Despesas Liquidadas		%(f/e)
	Inicial	Atualizada (e)	No Bim.	Até o Bim. (f)	
ENSINO FUNDAMENTAL	4.050.250,00	4.038.250,00	563.809,67	2.087.783,79	51,70
ENSINO SUPERIOR	75.000,00	75.000,00	16.348,60	45.856,60	61,14
EDUCAÇÃO INFANTIL	60.000,00	7.000,00	1.264,10	1.949,02	27,84
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	10.000,00	0,00	2.640,00	26,40
Total das Despesas	4.195.250,00	4.130.250,00	581.422,37	2.138.229,41	51,77

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

(1) Os valores referentes a parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada a educação deverão ser informadas somente no RREO do último bimestre do Exercício.

(2) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo XI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                  |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO                |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
Operações de Crédito Internas	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	3.005.705,00	322.127,10	973.196,42	2.032.508,58
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	3.005.705,00	322.127,10	973.196,42	2.032.508,58
DIFERENÇA (A) - (B)	-2.755.705,00	-322.127,10	-973.196,42	-1.782.508,58

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

 TÉC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo XIV

```

+=[ CPL ]-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |
|                               Orçamento da Seguridade Social                          |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO                |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada (a)	Realizadas (b)	a Realizar (a-b)
RECEITAS			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	85.000,00	31.600,00	53.400,00
Alienação de Veiculos	35.000,00	0,00	35.000,00
Alienação de Veículos	40.000,00	16.600,00	23.400,00
Alienação de Moveis e Utensilios	5.000,00	0,00	5.000,00
Alienação de Equipamentos	5.000,00	0,00	5.000,00
Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	15.000,00	-15.000,00
Total	85.000,00	31.600,00	53.400,00

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada (c)	Liquidadas (d)	a Realizar (c-d)
DESPESAS			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Exercício Anterior (e)	Do Exercício (f) = (b-d)	Saldo Atual (e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	2,32	31.600,00	31.602,32

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

 TÊC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo XVI

```

+=[ CPL ]-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária              |
|                               Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                 |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO             |
+-----+

```

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim. (b)	% (b/a)
Rec.Líquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	10.933.000,00	10.933.000,00	6.846.249,36	62,62
Impostos	1.113.000,00	1.113.000,00	859.012,60	77,18
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	300.000,00	300.000,00	370.985,05	123,66
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	160.000,00	160.000,00	43.092,25	26,93
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	60.000,00	60.000,00	41.864,15	69,77
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	430.000,00	430.000,00	300.397,23	69,86
Multas e Juros de Mora dos Tributos	17.000,00	17.000,00	6.745,58	39,68
Multas Previstas na Legislação de Trânsito	30.000,00	30.000,00	24.562,14	81,87
Receita da Dívida Ativa Tributária	91.000,00	91.000,00	71.296,70	78,35
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	25.000,00	25.000,00	69,50	0,28
Receitas de transf. constitucionais e Legais	9.820.000,00	9.820.000,00	5.987.236,76	60,97
da União	4.410.000,00	4.410.000,00	2.407.626,93	54,59
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.400.000,00	4.400.000,00	2.406.616,23	54,70
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territorial do Estado	10.000,00	10.000,00	1.010,70	10,11
Transferencia Financ do ICMS-Deson.-LC 87/96	5.410.000,00	5.410.000,00	3.579.609,83	66,17
Cota-Parte do ICMS	43.000,00	43.000,00	29.730,20	69,14
Cota-Parte do IPVA	4.600.000,00	4.600.000,00	3.045.776,28	66,21
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	615.000,00	615.000,00	439.959,68	71,54
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	152.000,00	152.000,00	64.143,67	42,20
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde - da União para o Município	150.000,00	150.000,00	102.555,36	68,37
Transf. Rec. Sistema Unico Saude-SUS Rep. Fundo	150.000,00	150.000,00	102.555,36	68,37
(-)Dedução para o Fundef	150.000,00	150.000,00	102.555,36	68,37
Total de Receita de Impostos	-1.964.000,00	-1.964.000,00	-1.197.022,97	60,95
	9.119.000,00	9.119.000,00	5.751.781,75	63,07
Despesas com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim. (d)	% (d/c)
(Por Grupo de Natureza da Despesa)				
Despesas Correntes	2.481.500,00	2.789.469,83	2.084.662,98	74,73
Pessoal e Encargos Sociais	1.606.450,00	1.636.400,00	1.257.825,03	76,87
Outras Despesas Correntes	875.050,00	1.153.069,83	826.837,95	71,71
Despesas de Capital	255.000,00	393.000,00	244.840,45	62,30
Investimentos	255.000,00	393.000,00	244.840,45	62,30
Total	2.736.500,00	3.182.469,83	2.329.503,43	73,20
Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim. (e)	% (e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	2.329.503,43	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	1.193.700,00	1.193.700,00	724.641,58	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	1.158.700,00	1.158.700,00	724.641,58	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	1.604.861,85	0,00

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo XVII

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	14.359.750,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	14.359.750,00
Receitas Realizadas	2.018.577,74	8.604.829,79
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	473.469,83
Déficit Orçamentário	0,00	712.769,83

Balanco Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	14.359.750,00
Dotação Atualizada	0,00	15.072.519,83
Despesas Empenhadas	2.404.547,73	8.856.419,86
Despesas Liquidadas	2.449.623,31	8.725.226,16
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.404.547,73	8.856.419,86
Despesas Liquidadas	2.449.623,31	8.725.226,16

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	13.112.999,76

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	130.000,00	-663.486,19	-510,3740
Resultado Primario	-22.000,00	48.316,04	-219,6184

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	22.368,32	20.000,00	2.364,18	4,14
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de CATANDUVAS
 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

		Limites Constitucionais Anuais		
		Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
		Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE				
Min Anual de<18%/25%>dos Imp.na Manut.e Des.do Ens.-MDE		1.717.819,86	<25%/18%>	25,09
Min Anual de 60% das Despesas com MDE no Ens.Fundam.		2.459.696,74	60%	143,71
Min Anual de 60% do FUNDEB na Rem.dos Prof.do Ens.Fund.		885.399,75	60%	70,64
Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital		Vlr.Apur.até o Bim.		Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito			0,00	250.000,00
Despesa de Capital Líquida			973.196,42	2.032.508,58
Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos		Vlr.Apur.até Bim.		Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos			31.600,00	53.400,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos			0,00	0,00

Limites Constitucionais Anuais			
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde			
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	1.604.861,85	15,00	23,44

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

 TÊC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Chapadão do Lageado

Prefeitura Municipal

Portaria Nº 351/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 351/2009

- CONSIDERANDO, o requerimento protocolado no dia 11.09.09, da servidora Kátia Momm, pedindo seu afastamento.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado -SC, Lei Complementar Nº 006, de 23.12.99, e Lei Complementar 008, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 131/2009, de 16.02.2009 e prorrogada pela portaria nº 329/2009, que Admite em Caráter Temporário, a Agente de Serviços Gerais – 20 horas, KATIA MOMM, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, no C.E.J.R de Figueiredo, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 11 de Setembro de 2009.
JOSÉ BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 352/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 352/2009

- CONSIDERANDO, o atestado médico do servidor Clevison Kersbaum:

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com artigo 64 da Lei Complementar 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde a CLEVISON KERSBAUM, Operador de Equipamentos 40 horas, na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico, pelo período de 10.09.09 a 24.09.09.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de setembro de 2009.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 353/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 353/2009

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo

Artigo 78, § 3º da Lei Complementar Nº 008, de 23/12/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar gozar férias com pecúnia, a MARI-NELMA RAYMUNDO, funcionária desta Prefeitura, ocupante do cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, as férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2008/2009, para serem gozadas de 14.09.2009 à 18.09.2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de setembro de 2009.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Garopaba

Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação PE 016/2009 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 016/2009

A Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº 10.520/02, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE, DE FITAS PARA EXAMES DE GLICEMIA CAPILAR. As propostas deverão ser entregues no site www.cidadecompras.com.br até às 14:15 horas do dia 25/09/2009. A sessão pública fica marcada para às 14:30 horas do dia 25 de setembro de 2009, no site www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 15 setembro de 2009.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Comunicado de Audiência Pública

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, § 4º c/c artigo 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal nº 717/2001, COMUNICA a realização, e CONVIDA os representantes das entidades civis organizadas de Garopaba a comparecerem a AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 30 de Setembro de 2009, às 09:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, à Rua Professor Antonio José Botelho, nº 113, Centro, com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes à competência do 2º quadrimestre de 2009, junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, Vereadores e representantes da sociedade.

Garopaba, 09 de Setembro de 2009.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Gaspar

Prefeitura Municipal

Lei Nº 3.132/09

LEI Nº. 3.132, DE 03 DE SETEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO MATERIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, sem encargo, materiais elétricos, hidráulicos e de construção, elencados conforme Anexo I, para a reforma do Centro de Desenvolvimento Infantil Irmã Cecília Venturi.

Art. 2º Os bens doados destinam-se à utilização pelo Município de Gaspar, integrando o patrimônio público municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 03 de setembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

ANEXO I

DESCRIÇÃO MATERIAIS – CRECHE:

ITEM	QTE.	UN.	DESCRIÇÃO
01	8	PÇ	Interruptor Silentoque 1TS
02	4	PÇ	Interruptor Silentoque 2TS
03	5	PÇ	Interruptor Silentoque 3TS
04	40	PÇ	Tomada Silentoque 2P+T Universal
05	7	PÇ	Tomada Silentoque 3P 20A
06	14	PÇ	Disjuntor Monofásico P1al Din 16A
07	9	PÇ	Disjuntor Monofásico P1al Din 20A
08	1	PÇ	Disjuntor Monofásico P1al Din 63A
09	10	PÇ	Disjuntor Monofásico P1al Din 10A
10	82	PÇ	Parafuso Auto Atarrachante 3,9 x 31
11	5	PÇ	Haste Terra Copperweld 5/8 x 2,40m
12	1	PÇ	Caixa Ext Cemar 44/32 Disj.+G 100A
13	400	M	Cabinho Flexível 2,5MM 750V Azul
14	400	M	Cabinho Flexível 2,5MM 750V Preto
15	400	M	Cabinho Flexível 2,5MM 750V Verde
16	80	M	Cabinho Flexível 4,0MM 750V Azul
17	80	M	Cabinho Flexível 4,0MM 750V Preto
18	80	M	Cabinho Flexível 4,0MM 750V Verde
19	120	M	Cabinho Flexível 6,0MM 750V Azul
20	120	M	Cabinho Flexível 6,0MM 750V Preto
21	120	M	Cabinho Flexível 6,0MM 750V Verde
22	40	M	Cabo de Cobre Isolado 1KV 25,0MM Preto
23	40	M	Cabo de Cobre Isolado 1KV 25,0MM Azul

ITEM	QTE.	UN.	DESCRIÇÃO
24	40	M	Cabo de Cobre Isolado 1KV 25,0MM Branco
25	40	M	Cabo de Cobre Isolado 1KV 25,0MM Vermelho
26	50	PÇ	Braçadeira c/ chaveta ¾"
27	30	PÇ	Braçadeira c/ chaveta 1.1/2"
28	2	PÇ	Braçadeira c/ chaveta 2"
29	1	PÇ	Caixa de Aterramento 30x30 Redonda PVC Pequena
30	4	PÇ	Caixa de Passagem Concreto 46x70x30 energia
31	5	PÇ	Conector p/ haste terra 5/8
32	35	M	Duto Kanaduto SW 2" c/ Arame Guia
33	2	PÇ	Arruela de Alumínio Wetzel 1 ½"
34	1	PÇ	Arruela de Alumínio Wetzel 2"
35	2	PÇ	Bucha de Alumínio Wetzel 1 ½"
36	1	PÇ	Bucha de Alumínio Wetzel 2"
37	20	PÇ	Condutele Alumínio 1 1/2"
38	30	PÇ	Redução Alumínio 1 ½"
39	20	PÇ	Condutele Alumínio s/ Rosca C ¾"
40	40	PÇ	Condutele Alumínio s/ Rosca E ¾"
41	30	PÇ	Condutele Alumínio s/ Rosca X ¾"
42	1	PÇ	Interruptor DR Tetrapolar WEG 63ª
43	30	PÇ	Eletroduto PVC Rígido ¾" x 3M
44	20	PÇ	Eletroduto PVC Rígido 1 ½" x 3M
45	3	PÇ	Eletroduto PVC Rígido 2" x 3M
46	30	PÇ	Luva PVC Perfilmax ¾"
47	20	PÇ	Luva PVC Perfilmax 1 ½"
48	3	PÇ	Luva PVC Perfilmax 2"
49	40	PÇ	Curva PVC Perfilmax 90º x ¾"
50	1	PÇ	Curva PVC Perfilmax 90º x 2"
51	19	Un	Telha Fibrocimento 6mm,
52	51	Un	Cimento 30 kg
53	120	m²	Piso

Lei Nº 3.133/09

LEI Nº. 3.133, DE 03 DE SETEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A REALIZAR REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar repasse financeiro à seguinte entidade:

I – Associação de Pais e Amigos do Futebol Menor do Tupi, inscrita no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) sob o nº. 05.199.288/0001-99, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a finalidade de custear despesas para execução do Projeto Jogando para o Futuro;

Parágrafo único. O repasse da verba especificada neste artigo poderá ser concedido parceladamente, de acordo com o cronograma definido e/ou a disponibilidade financeira e orçamentária do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º O valor discriminado na presente Lei somente será repassado à respectiva entidade após verificado o cumprimento de todos os requisitos previstos no Decreto nº. 900, de 15 de junho de 2005, e suas posteriores modificações.

Art. 3º A entidade beneficiada com o recurso financeiro, previsto nesta Lei, sujeitar-se-á à prestação de contas de sua correta aplicação, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com regulamento municipal.

Parágrafo único. A entidade beneficiada nesta Lei deverá aplicar o respectivo recurso segundo a finalidade indicada, nos moldes definidos no projeto apresentado ao Poder Executivo.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente do Fundo Municipal de Atendimento da Infância e do Adolescente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 03 de setembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº 3.134/09

LEI Nº. 3.134, DE 03 DE SETEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E CRIAR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPARG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a anular as seguintes dotações, no valor de R\$ 2.536.382,19 (dois milhões, quinhentos e trinta e seis mil, trezentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos), constantes do orçamento da Administração Direta do Município de Gaspar:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Função: 04 – Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa: 0004 – Gestão Adm. Gabinete Prefeito e Vice-Prefeito
Destino: 02 – Atividade
Ação: 2.2010 Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
Despesa: 2
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade: 03 – Diretoria de Comunicação
Função: 04 – Administração
Sub-Função: 131 – Comunicação Social
Programa: 0005 – Manut. e Funcionamento Diretoria de Comunicação
Destino: 02 – Atividade
Ação: 2.2012 – Manutenção da Diretoria de Comunicação
Despesa: 4
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas
R\$ 2.700,00

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 28 – Encargos especiais

Sub-Função: 843 – Serviços da Dívida Interna
Programa: 0008 – Gestão Administrativa e fazendária
Destino: 9 – Op. Especial
Ação: 9.2032 – Encargos Especiais
Despesa: 24
Modalidade de Aplicação: 3.3.2.9.0 – Aplicações Diretas
R\$ 140.000,00

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 28 – Encargos especiais
Sub-Função: 843 – Serviços da Dívida Interna
Programa: 0008 – Gestão Administrativa e fazendária
Destino: 9 – Op. Especial
Ação: 9.2032 – Encargos Especiais
Despesa: 25
Modalidade de Aplicação: 3.4.6.9.0 – Aplicações Diretas
R\$ 190.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05 – Cultura
Função: 13 – Cultura
Sub-Função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 0009 – Gestão da Área da Cultura
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2037 – Manutenção do Centro Cultural, Museu e Biblioteca
Despesa: 31
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.1 – Aplicações Diretas decorrente de operação entre Org.
R\$ 1.300,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 06 – Educação Infantil
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0010 – Manutenção da Educação Infantil
Destino: 02 – Atividade
Ação: 2.2048 – Manutenção da Educação Infantil
Despesa: 44
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas
R\$ 181.925,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 06 – Educação Infantil
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0010 – Manutenção da Educação Infantil
Destino: 02 – Atividade
Ação: 2.2048 – Manutenção da Educação Infantil
Despesa: 48
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 06 – Educação Infantil
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0010 – Manutenção da Educação Infantil
Destino: 02 – Atividade
Ação: 2.2048 – Manutenção da Educação Infantil

Despesa: 49	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 420.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 07 – Educação Fundamental	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental	
Programa: 0011 Manutenção da Educação Fundamental	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2057 – Manutenção da Educação Fundamental	
Despesa: 62	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 160.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 07 – Educação Fundamental	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental	
Programa: 0011 Manutenção da Educação Fundamental	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2057 – Manutenção da Educação Fundamental	
Despesa: 61	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 241.991,75

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 08 – Educação Jovens e Adultos	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 366 – Educação de Jovens e Adultos	
Programa: 0012 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.1415 – Implantação de Escola Técnica Profissionalizante	
Despesa: 84	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 08 – Educação Jovens e Adultos	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 366 – Educação de Jovens e Adultos	
Programa: 0012 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.1415 – Implantação de Escola Técnica Profissionalizante	
Despesa: 85	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 08 – Educação Jovens e Adultos	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 366 – Educação de Jovens e Adultos	
Programa: 0012 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2074 – Manutenção da Atividade Compensatória	
Despesa: 77	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.1 – Aplicação Direta decorrente de operação entre Org.	R\$ 1.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
--

Unidade: 09 – Educação Especial	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 367 – Educação Especial	
Programa: 0013 – Manutenção Educação Especial	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2075 – Manutenção da Educação Especial	
Despesa: 87	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Função: 22 – Indústria	
Sub-Função: 661 – Promoção Industrial	
Programa: 0014 – Gestão Secr. Munic. Ind. Com. E Turismo	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.0445 – Incentivo Econômico às empresas	
Despesa: 102	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Função: 23 – Comércio e Serviços	
Sub-Função: 695 – Turismo	
Programa: 0014 – Gestão Secr. Munic. Ind. Com. e Turismo	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.0458 – Const. de Centro de Eventos/Pórtico no Trevo de Acesso/ Deck/ Alarg. de Rua	
Despesa: 95	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Função: 23 – Comércio e Serviços	
Sub-Função: 695 – Turismo	
Programa: 0014 – Gestão Secr. Munic. Ind. Com. e Turismo	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2088 – Manutenção de Parques e Jardins	
Despesa: 99	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Agricultura	
Unidade: 12 - Secretaria Municipal de Agricultura	
Função: 18 – Gestão Ambiental	
Sub-Função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental	
Programa: 0020 – Manutenção do Meio Ambiente	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2183 – Manutenção Meio Ambiente	
Despesa: 106	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Agricultura
Unidade: 12 - Secretaria Municipal de Agricultura
Função: 20 – Agricultura
Sub-Função: 606 – Extensão Rural
Programa: 0019 – Apoio ao Desenvolvimento Agrícola

Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.0457 – Aquisição de Material Permanente	
Despesa: 88	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Agricultura	
Unidade: 12 - Secretaria Municipal de Agricultura	
Função: 20 – Agricultura	
Sub-Função: 606 – Extensão Rural	
Programa: 0019 – Apoio ao Desenvolvimento Agrícola	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2175 – Manutenção da Atividade Agrícola	
Despesa: 104	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 160.000,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Unidade: 13 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Função: 26 – Transporte	
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário	
Programa: 0021 – Gestão Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.1190 – Aquisição de Equipamentos (máquinas/veículos)	
Despesa: 112	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 120.370,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Unidade: 18 – Corpo de Bombeiros	
Função: 06 – Segurança Pública	
Sub-Função: 182 – Defesa Civil	
Programa: 0021 – Gestão da Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.1308 – Construção da Sede do Corpo de Bombeiros	
Despesa: 126	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 04 – Administração	
Sub-Função: 121 – Planejamento e Orçamento	
Programa: 0022 – Gestão Secr.Munic.Planejamento e Desenv.	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.1225 – Revisão, elaboração e aplicação do Plano Diretor	
Despesa: 147	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 47.000,00

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 04 – Administração	
Sub-Função: 122 – Administração Geral	
Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenvolvimento	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2209 – Manutenção das Ações da Secretaria	
Despesa: 139	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 90.000,00

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 04 – Administração	
Sub-Função: 122 – Administração Geral	
Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenvolvimento	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2209 – Manutenção das Ações da Secretaria	
Despesa: 142	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 15 – Urbanismo	
Sub-Função: 451 – Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenvolvimento	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.1210 – Aquisição de Veículos	
Despesa: 156	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 27.000,00

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 15 – Urbanismo	
Sub-Função: 451 – Infra-estrutura Urbana	
Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenvolvimento	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.1406 – Aquisição de Equipamentos de Informática, Software, Eletrônicos e móveis	
Despesa: 242	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 15 – Urbanismo	
Sub-Função: 451 – Infra-estrutura	
Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenvolvimento	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.1406 – Aquisição de Equipamentos de Informática, Software, Eletrônicos e móveis	
Despesa: 157	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 35.459,00

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 15 – Urbanismo	
Sub-Função: 453 – Transportes Coletivos Urbanos	
Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenvolvimento	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.0455 – Construção / Reforma de Terminais Rodoviários	
Despesa: 158	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 15 – Urbanismo	

Sub-Função: 453 – Transportes Coletivos Urbanos	
Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenvolvimento	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2220 – Manutenção do transporte coletivo	
Despesa: 144	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

Órgão: 06 – Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 – Saúde	
Sub-Função: 301 – Atenção Básica	
Programa: 0015 – Gestão da Área de Saúde	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.0449 – Construir / reformar Unidades de Saúde/CAR – Centro de Acolhimento de Risco	
Despesa: 20	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

Órgão: 06 – Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 – Saúde	
Sub-Função: 301 – Atenção Básica	
Programa: 0015 – Gestão da Área de Saúde	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.0450 – Garantir apoio a pesquisas e capacitação téc. Perman. dos profissionais de saúde	
Despesa: 22	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

Órgão: 06 – Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 – Saúde	
Sub-Função: 301 – Atenção Básica	
Programa: 0015 – Gestão da Área de Saúde	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2089 – Garantir o func. E Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e seus programas	
Despesa: 2	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.5.0 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$ 80.836,44

Órgão: 06 – Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 – Saúde	
Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0015 – Gestão da Área de Saúde	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.1104 – Implantar e manter o Programa CAPS I e CAPS AD com oficinas terapêuticas	
Despesa: 71	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.1 – Aplicação Direta decorrente de Operação entre Org.	R\$ 1.000,00

Órgão: 06 – Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 – Saúde	

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0015 – Gestão da Área de Saúde	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2112 – Apoio ao hospital Nossa Sra. Perpétuo Socorro	
Despesa: 45	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.5.0 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$ 48.000,00

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade: 20 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 – Assistência Social	
Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária	
Programa: 0016 – Gestão área Desenvolvimento Social	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2138 – Ações de Desenvolvimento Social	
Despesa: 1	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 2.800,00

Órgão: 13 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar	
Unidade: 26 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar	
Função: 17 – Saneamento	
Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano	
Programa: 0025 – Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.0239 – Construção de ETA 's/Ete 's Reservatórios	
Despesa: 1	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 250.000,00

Órgão: 13 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar	
Unidade: 26 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar	
Função: 17 – Saneamento	
Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano	
Programa: 0025 – Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.1243 – Aquisição de Veículos e equipamentos	
Despesa: 6	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 85.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 2.533.382,19 (dois milhões, quinhentos e trinta e três mil, trezentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos), anulado conforme artigo 1º desta Lei, nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Unidade: 03 – Diretoria de Comunicação	
Função: 04 – Administração	
Sub-Função: 131 – Comunicação Social	
Programa: 0005 – Manut. e Funcionamento Diretoria de Comunicação	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2012 – Manutenção da Diretoria de Comunicação	
Despesa: 5	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 80,00,00

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
Unidade: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças	

Função: 04 – Administração	
Sub-Função: 123 – Administração Financeira	
Programa: 0008 – Gestão Administrativa e Fazendária	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2029 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
Despesa: 27	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.5.0 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$ 8.000,00

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
Unidade: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
Função: 04 – Administração	
Sub-Função: 123 – Administração Financeira	
Programa: 0008 – Gestão Administrativa e Fazendária	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2029 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
Despesa: 28	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 630.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 – Educação Infantil	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 365 – Educação Infantil	
Programa: 0010 – Manutenção da Educação Infantil	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.0435 – Construção, Reforma e Ampliação de CDI´s	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 – Educação Infantil	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 365 – Educação Infantil	
Programa: 0010 – Manutenção da Educação Infantil	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2048 – Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 50	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.5.0 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$ 420,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 07 – Educação Fundamental	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental	
Programa: 0011 – Manutenção da Educação Fundamental	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.0434 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolar e Quadras Esportivas	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 160.000,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Unidade: 13 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Função: 26 – Transporte
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0021 – Gestão Secr. Munic. Transportes e Obras
Destino: 02 – Atividade

Ação: 2.2192 – Manutenção da Secretaria Municipal de Transp. e Obras e Defesa Civil	
Despesa: 113	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Unidade: 13 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Função: 26 – Transporte	
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário	
Programa: 0021 – Gestão Secr. Munic. Transportes e Obras	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2192 – Manutenção da Secretaria Municipal de Transp. e Obras e Defesa Civil	
Despesa: 114	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 873.325,75

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Unidade: 18 – Corpo de Bombeiros	
Função: 06 – Segurança Pública	
Sub-Função: 182 – Defesa Civil	
Programa: 0021 – Gestão Secr. Munic. Transportes e Obras	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2223 – Apoio a Segurança Pública – Corpo de Bombeiros	
Despesa: 124	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 26 – Transporte	
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário	
Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenvolvimento	
Destino: 01 – Projeto	
Ação: 1.0437 – Pavimentação de Ruas / Construção e Reforma de Pontes / Anel Viário / Via Interbairros	
Despesa: 151	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas	R\$ 92.000,00

Órgão: 06 – Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 – Saúde	
Sub-Função: 301 – Atenção Básica	
Programa: 0015 – Gestão da Área da Saúde	
Destino: 02 – Atividade	
Ação: 2.2089 – Garantir o Func. e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e seus programas	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 130.836,44

Órgão: 06 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 0015 – Gestão da Área Hospitalar
Destino: 01 – Projeto
Ação: 1.1104 – Implantar e manter Programa CAPS I e CAPS AD com Oficinas Terapêuticas
Despesa: 25

Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
---	--------------

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 20 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 0016 – Gestão área Desenvolvimento Social

Destino: 02 – Atividade

Ação: 2.0461 – Proteção Social Básica

Despesa: 11

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 2.800,00
---	--------------

Órgão: 13 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar – SAMUSA

Unidade: 26 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar – SAMUSA

Função: 17 – Saneamento

Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 0024 – Manutenção e Modernização da Estrutura do SAMAE

Destino: 02 – Atividade

Ação: 2.2305 – Manutenção e modernização da autarquia

Despesa: 8

Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas	R\$ 265.000,00
---	----------------

Órgão: 13 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar – SAMUSA

Unidade: 26 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar – SAMUSA

Função: 17 – Saneamento

Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 0025 – Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento

Destino: 02 – Atividade

Ação: 2.2242 – Manutenção da frota de veículos e equipamentos

Despesa: 5

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
---	---------------

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o crédito especial abaixo junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada, oriundo das anulações descritas no artigo 1º da presente Lei e do excesso de arrecadação, no valor de R\$ 3.503.000,00 (três milhões quinhentos e três mil reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 123 – Administração Financeira

Programa: 0008 – Gestão Administrativa e Fazendária

Destino: 2 – Atividade

Ação: 2.2029 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.1	R\$ 3.000,00
------------------------------------	--------------

Órgão: 06 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0015 – Gestão da Área de Saúde

Destino: 02 – Atividade

Ação: 2.2112 – Apoio ao Hospital Nossa Sra. Perpétuo Socorro

Modalidade de Aplicação: 3.4.4.5.0	R\$ 3.500.000,00
------------------------------------	------------------

Art. 4º Os valores das despesas previstas para o ano de 2009, constantes do art. 1º da Lei nº. 3.066, de 28 de novembro de 2008, com suas modificações, deverão levar em conta as alterações orçamentárias previstas nesta Lei.

Art. 5º Ficam substituídos os anexos XVI a XIX, XXII a XXV, XXXVIII a XLI, XLIV a LV, LXVI a LXIX, LXXII a LXXV, LXXVIII a LXXXI, XCVI a CI, CVI a CIX, CXII a CXV, CXXIV a CXXIX, da Lei nº. 2.636, de 11 de agosto de 2005, com as posteriores modificações, pelos que acompanham a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 03 de setembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Lei Nº 3.135/09

LEI Nº. 3.135, DE 03 DE SETEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR REPASSES FINANCEIROS ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar repasses financeiros às seguintes entidades:

I – Associação de Pais e Amigos – APP do CDI Irmã Cecília Venturi, inscrita no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) sob o nº. 01.119.306/0001-24, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a finalidade de custear despesas para execução do Projeto – Cobertura e Melhorias do Pátio;

II – Associação de Pais e Amigos – APP da EEB Luiz Franzói, inscrita no CNPJ sob o nº 01.132.636/0001-50, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a finalidade de execução do Projeto Dinamizando a Biblioteca Escolar.

III – Associação de Pais e Amigos – APP da EEB Norma Mônica Sabel, inscrita no CNPJ sob o nº 81.153.991/0001-44, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a finalidade de execução do Projeto – Um Novo Olhar Para Este Espaço.

Parágrafo único. O repasse das verbas especificadas neste artigo poderá ser concedido parceladamente, de acordo com o cronograma definido e/ou a disponibilidade financeira e orçamentária do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Os valores discriminados na presente Lei somente serão repassados às respectivas entidades após verificado o cumprimento de todos os requisitos previstos no Decreto nº. 900, de 15 de junho de 2005, e suas posteriores modificações.

Art. 3º As entidades beneficiadas com os recursos financeiros, previstos nesta Lei, sujeitar-se-ão à prestação de contas de suas corretas aplicações, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com regulamento municipal.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas nesta Lei deverão aplicar o respectivo recurso segundo a finalidade indicada, nos moldes definidos nos projetos apresentados ao Poder Executivo.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 03 de setembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº 3.137/09

LEI Nº. 3.137, DE 10 DE SETEMBRO DE 2009.
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O orçamento do Município de Gaspar para o exercício de 2010 será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I – as prioridades e metas da Administração Municipal de acordo com o Plano Plurianual 2010/2013;

II – a estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições sobre dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII – as disposições gerais.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2010 são aquelas definidas nos Anexos I, II e III desta Lei (art. 4º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), desdobradas nas seguintes tabelas:

I – ANEXO I – Anexo de Metas Fiscais:

- a) Demonstrativo das Metas Anuais;
- b) Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e
- g) Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

II – ANEXO II – Anexo de Metas Físicas priorizadas para o exercício de 2010:

- a) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Manutenção do Legislativo;
- b) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para o Programa Vereador Mirim;
- c) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Construção da Sede Própria da Câmara Municipal;
- d) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Gestão do Gabinete e Políticas Públicas;
- e) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Manutenção da Diretoria de Comunicação;
- f) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da

Secretaria de Administração e Finanças;

- g) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Secretaria de Administração e Finanças;
- h) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Procuradoria do Município;
- i) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão Área da Cultura;
- j) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão de Educação Infantil;
- l) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão de Educação de Ensino Fundamental;
- m) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão de Educação de Jovens e Adultos;
- n) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Educação Especial;
- o) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio;
- p) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Fundo Municipal de Saúde;
- q) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Gestão do Fundo Municipal de Saúde;
- r) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão na Área de Desenvolvimento Social;
- s) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Centro Educativo Maria Hendricks;
- t) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do Fundo Municipal de Assistência Social;
- u) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente;
- v) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente;
- x) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para o Apoio ao Desenvolvimento Agrícola;
- z) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para o Apoio ao Meio Ambiente;
- aa) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Transportes e Obras;
- bb) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do DITRAN;
- cc) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar;
- dd) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Polícia Civil;
- ee) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão em Segurança Pública – Polícia Militar em Gaspar;
- ff) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento;
- gg) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Construção de unidades habitacionais;
- hh) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Construção de nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu;
- ii) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Fundação Municipal de Esportes;
- jj) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Fundação Municipal de Esportes;
- ll) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do SAMUSA;
- mm) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do SAMUSA;"

III – ANEXO III – Anexo de Riscos Fiscais:

a) Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

§ 1º Os recursos estimados na lei orçamentária para 2010 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos I, II e III desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2010, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas

nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O anexo de prioridades e metas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, § 1º, da LRF).

§ 4º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento da saúde.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2010 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundação e Autarquia e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Parágrafo único. As eventuais alterações e modificações da estrutura da Administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata o inciso VI do art. 167 da Constituição Federal serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2010 evidenciará as receitas e as despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, Fundações e Autarquias, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade

ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria Interministerial nº. 163/2001 e a Portaria 633/2006 do Ministério da Fazenda e demais alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

II – demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

III – resumo geral natureza da despesa (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IV – programa de trabalho (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

V – programa de trabalho de governo – demonstrativo de funções, subfunções e por projetos e atividades (Anexo VII da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VI – demonstrativo da despesa por funções e subfunções conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VII – demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VIII – demonstrativo da despesa até modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IX – demonstrativo da evolução da receita realizada por fontes dos três últimos exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projetada para dois exercícios seguintes conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X – demonstrativo da evolução da despesa realizada até modalidade de aplicação dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício de 2009 e para o exercício de 2010;

XI – demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2010 (art. 5º, III, da LRF);

XII – demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal para o exercício de 2010 (art. 4º, §§ 1º e 9º, da LRF).

Parágrafo único. Os orçamentos dos Fundos, Fundação e Autarquia que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no “caput” deste artigo.

Art. 6º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterà:

I – quadro demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2006, 2007 e 2008, previsão para 2009, 2010, 2011 e 2012, com justificativa da estimativa para 2010, acompanhado de metodologia e memória de cálculo (art. 12, da LRF);

II – quadro demonstrativo da evolução da despesa em nível de função e subfunção, dos exercícios de 2006, 2007 e 2008, fixada para 2009 e 2010;

III – quadro demonstrativo da dívida fundada, saldo em 31/12/2008, desembolso do principal e acessórios nos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012;

IV – justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2010;

V – demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

VI – demonstrativo do aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

VII – demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito se for o caso.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º O orçamento para o exercício de 2010 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundação e Autarquia (art. 1º, § 1º e art. 4º, I, "a", da LRF).

Art. 8º Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2009 deverão observar as alterações da legislação tributária, variação do índice de preços, incentivos fiscais autorizados, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios, e qualquer outro fator relevante.

Art. 9º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas abaixo (art. 9º da LRF):

- I - eliminação de despesas com horas extras, observadas as situações previstas nesta Lei;
- II - redução de investimentos programados, desde que não comprometidos;
- II - redução de despesas com manutenção;
- III - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Art. 10. A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2009, a 10% (dez por cento) da RCL (Receita Corrente Líquida) apurada no exercício de 2009.

Art. 11. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo III desta Lei (art. 4º, § 3º, da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência, do excesso de arrecadação, da redução de despesas discricionárias e do superávit financeiro do exercício de 2009.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 12. O orçamento para o exercício de 2010, de cada uma das Unidades Gestoras, poderá contemplar recursos para a reserva de contingência, limitados a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo III desta Lei (art. 5º, III, "d", da LRF).

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e à manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas ou orçadas à menor.

Art. 13. Os investimentos com duração superior a doze meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º, da LRF).

Art. 14. O Executivo Municipal deverá elaborar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras (art. 8º da LRF).

Art. 15. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, entidades particulares ou públicas, visando o desenvolvimento do programa de governo, bem como obras e serviços de competência do Município ou não.

Art. 16. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa (art. 8º, § único, da LRF).

§ 1º Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º Os recursos de Convênios, Operações de Crédito, Contratos de Repasse a Fundo Perdido, Emendas Parlamentares e Termos de Responsabilidade firmados com a União e o Estado não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, servirão como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar, através de Decreto do Executivo e abertura de crédito especial, através de lei.

Art. 17. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2010, são as constantes do Anexo I, Tabela 4, desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I, da LRF).

Art. 18. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, de saúde, assistencial, recreativo, esportivo e de cooperação técnica (art. 4º, I, "f" da LRF).

§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo às contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas às quais o Município for associado.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do Município deverão prestar contas dos valores recebidos no prazo de sessenta dias, contados da data do repasse, ficando impedidas de receber novos recursos enquanto não atendido o disposto neste parágrafo.

Art. 19. Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de ação governamental nova cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda ao valor, para bens e serviços, dos limites para dispensa de licitação fixados nos itens I e II do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (art. 16, § 3º, da LRF).

Art. 20. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 21. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 22. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão avaliadas para o exercício de 2010 a preços estimados de dezembro de 2009.

Parágrafo único. Na fixação do orçamento para o exercício financeiro de 2010 será destinado ao Poder Legislativo o percentual de até 6% (seis por cento) da receita direta do orçamento da Prefeitura do Município de Gaspar, ou seja, do orçamento da Administração Direta.

Art. 23. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada programa projeto, atividade ou operação especial, poderá ser feita por decreto do Prefeito Municipal (art. 167, VI, da CF).

Parágrafo único. Sempre que expedido decreto para detalhamento

de saldos de dotações de despesa, ou para seu remanejamento, dentro de cada projeto ou atividade, cópia deverá ser enviada à Câmara de Vereadores.

Art. 24. Durante a execução orçamentária de 2010, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das Unidades Gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo II desta Lei e alterações posteriores.

Art. 25. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 26. A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais será considerada por fonte de recurso.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 27. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2010, destinadas a financiar despesas de capital previstas no orçamento, com exceção das operações afetas ao Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) e ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), que poderão destinar-se também ao financiamento de despesas correntes.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 28. O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens diretamente ou através de convênios e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, parágrafo 1º, II, da CF).

§ 1º A revisão geral e anual à remuneração dos servidores e subsídios será concedida pelo índice de inflação oficialmente divulgado e acumulado nos últimos doze meses à concessão da revisão.

§ 2º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 29. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo obedecerá aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 30. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 19 e 20 da LRF):

- I – eliminação das despesas com horas extras;
- II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se

como terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Gaspar ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 33. A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei para reformulação da legislação tributária, podendo conceder benefícios fiscais, isenção e remissão tributária aos contribuintes, devendo, nesses casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estimativa do seu impacto, e atender ao disposto no artigo 14 da LRF.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 14, § 3º, da LRF).

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. O Executivo Municipal enviará até o dia 30 de setembro de 2009 a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 30 de novembro de 2009.

§ 1º As emendas à Lei do Orçamento, depois de aprovadas em segunda votação, serão encaminhadas ao Executivo Municipal para processamento e envio dos relatórios respectivos ao Legislativo para propiciar a preparação da redação final.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender aos riscos fiscais previstos.

Art. 37. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 38. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 39. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou

serviços de competência ou não do Município.

Art. 41. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 10 de setembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº 3.597/09

DECRETO Nº. 3.597 DE 11 DE SETEMBRO DE 2009.
AUTORIZA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DO ESTADO DE GREVE, A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FRETAMENTO NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

Considerando o Estado de Greve deflagrado pelo SINDETRANS-COL - Sindicato dos empregados nas empresas permissionárias do transporte coletivo urbano e com característica urbana de Blumenau, Gaspar e Ilhota;

Considerando existir ordem judicial emanada do Tribunal Regional do Trabalho, em Ação Declaratória nº AD 00696-2009-000-12-00-5, movida pela empresa Auto Viação do Vale Ltda contra SINDETRANS-COL, que determina o funcionamento parcial dos serviços de transporte de 50% da frota de cada linha nos horários de pico e de 20% nos demais horários;

Considerando que grande parte da população utiliza dos serviços de transporte ora mencionados para a execução de suas atividades profissionais, uma vez que trata-se de serviço essencial, indispensável ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado, por excepcional interesse público, em razão do estado de greve, a realização dos serviços de fretamento no Município de Gaspar.

Parágrafo único. Consideram-se autorizadas a realizar o serviço descrito no art. 1º apenas as empresas sediadas neste município, exclusivamente para transporte de seus funcionários.

Art. 2º Para a realização dos serviços de fretamento no âmbito do Município de Gaspar, deverão ser observados os dispositivos contidos na Lei Municipal nº 2.381, de 16 de setembro de 2003.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de setembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.598/09

DECRETO Nº 3.598 DE 11 DE SETEMBRO DE 2009.
EXONERA ASSESSOR DO PROCON, BRUNA LUÍZA BARCELLOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir desta data, BRUNA LUÍZA BARCELLOS, portadora do CPF nº 061.847.509-50 e da CI nº 4.515.730-8, SSP/SC, do cargo em comissão de Assessor do Procon – Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de setembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Câmara de Vereadores

Convite

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
C O N V I T E

A Câmara de Vereadores de Gaspar tem a grata satisfação de convidar a comunidade a participar de Audiência Pública pertinente demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2009 pelo Município de Gaspar.

DATA: 29/9/2009.

HORÁRIO: 16h.

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar.
Avenida das Comunidades, nº. 133, Centro.
Prédio do GASCIC.

Governador Celso Ramos

Prefeitura Municipal

Extrato de Termo Aditivo Nº 002/2009 ao Contrato Nº 084/2008

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 002/2009 AO CONTRATO 084/2008.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

CONTRATADO: SULCATARINENSE – MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de projeto executivo e execução dos trabalhos rodoviários de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem, sinalização e obras complementares, da estrada geral Fazenda da Armação nos trechos Fazenda da Armação - Palmas e Fazenda da Armação – Caieira, numa extensão de 16.000 metros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR. Fica aditado ao valor do contrato original a quantia de R\$ 1.810.664,48 (Um milhão e oitocentos e dez mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), passando o valor global do contrato a ser de R\$ 9.053.322,41 (Nove milhões e cinquenta e três mil e trezentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos).

Governador Celso Ramos, 11 de Setembro de 2009
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal

Herval D´Oeste

Prefeitura Municipal

Pregão Presencial Nº 0038/2009

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0100/2009

Pregão Presencial nº 0038/2009

Unidade Gestora:

Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste.

Objeto: Aquisição de móveis sob medida para uso do Núcleo de

Violência e PSF's do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste.
 Data: 28/09/2009
 Hora: 14:00 horas
 Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
 A íntegra do edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste ao custo de R\$ 11,20 (onze reais e vinte centavos) ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br.
 Informações: Setor de Compras e Licitações : (49) 3554 0922 ou e-mail : rubens@hervaldoeste.sc.gov.br.

Herval d'Oeste (SC), 09 de setembro de 2009.
 ADAIR JOSÉ CERON
 Gestor do Fundo Municipal de Saúde

IPREVI/HO

Relatório de Prestação de Contas de Gestão do Mês de Agosto

PRESTAÇÃO DE CONTAS AGOSTO/2009

RECEITAS – ARRECADACÃO		R\$
	CONTRIB. SERVIDOR	60.438,71
	CONTRIB.PATRONAL (JULHO/2009)	107.334,59
	RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	82.419,70
	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA/INSS	3.162,96
	TOTAL DA RECEITA	253.355,96
		R\$
Folha mensal	FOLHA DE PGTO DO IPREVI	62.991,85
Folha mensal	PAGTO.SAL.FAMÍLIA ,SAL.MATER.AUXÍLIO-DOENÇA.	15.897,19
DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DO IPREVI	PAGTO. DE COMPENSAÇÃO PREVID./INSS	121,95
	DESPESAS COM PROCESSO JUDICIAL	1.500,00
	PERÍCIAS MEDICAS	300,00
	MATERIAL DE EXPEDIENTE	197,90
	PROGRAMA INFORMATICA CONTABILIDADE	256,00
	DESPESAS COM CÓPIAS	141,65
	TOTAL DA DESPESA	81.406,54
		R\$
RECURSOS APLICADOS		R\$
	BANCO DO BRASIL	3.491.550,06
	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	6.202.581,74
	BANCO DO BRASIL/BESC	1.026.755,57
	BANCO ESPIRITO SANTO	440.548,50
	BANCO DO BRASIL COMPENSAÇÃO PREVID.	456.741,95
	BANCO HSBC	417.439,24
	BANCO SANTANDER	414.499,12
	CONTA MOVIMENTO BB/BESC	8.975,92
	TOTAL DE RECURSOS APLICADOS	
	RETORNO DO BANCO SANTOS ATÉ A PRESENTE DATA, PERCENTUAL DE 28,61% QUE ESTÃO APLICADOS NO BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	176.529,00

OBS.: Quaisquer dos dados aqui apresentados podem ser verificados junto ao IPREVI e ou Contabilidade do Instituto, a qualquer tempo.

E-mail: funser@softline.com.br / iprevho@hervaldoeste.sc.gov.br.

Herval D' Oeste (SC), 04 de Setembro de 2009.
 SIDNEY DALLA VECHIA
 Cont.CRC/SC16379/0-5

LÚCIA V. GUARAGNI
 Dir. Financeira

JAQUELINE RAZERA
 Dir. Administrativa

DIVO P.PALUDO
 Pres. Conselho

Demonstrativo de Benefícios Previdenciários Pagos pelo IPREVI-HO/2009

DEMONSTRATIVO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PAGOS PELO IPREVI-HO/2009.

2009 MÊS	SALÁRIO-FAMÍLIA + AUXÍLIO MATERNIDADE	AUXÍLIO-DOENÇA	TOTAL R\$
JANEIRO	R\$ 2.209,62	R\$ 11.623,94	13.833,56
FEVEREIRO	R\$ 3.424,72	R\$ 13.946,91	17.371,63
MARÇO	R\$ 3.407,20	R\$ 14.238,23	17.645,43
ABRIL	R\$ 6.875,88	R\$ 14.600,38	21.476,26
MAIO	R\$ 5.368,86	R\$ 16.464,36	21.833,22
JUNHO	R\$ 4.000,26	R\$ 15.958,74	19.959,00
JULHO/13º SAL.	R\$ 3.439,29	R\$ 5.474,44	8.913,73
JULHO	R\$ 4.742,95	R\$ 14.216,09	18.959,04
TOTAL GERAL	R\$ 33.468,77	R\$ 106.523,09	R\$ 139.991,87
2008 – até julho			R\$ 85.943,96
Total – 2008			R\$ 165.213,42
Total – 2007			R\$ 158.964,91

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS:

2008 – 02 APOSENTADORIAS E 01 PENSÃO

2009 DATA	APOSENTADORIA/PENSÃO	SERVIDOR(a)
13.01.2009	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - Proporcional	Lídio Luiz Corbari
02.02.2009	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - Proporcional	Elzira de Almeida
05.02.2009	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Integral	Odilo Darci Segatto
16.02.2009	Pensão por Morte aos Dependentes de Lídio Luiz Corbari	Marilene Corbari
02.03.2009	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Integral	Maria Helena Stechinski
01.04.2009	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Proporcional	Oreste Ceron
31.07.2009	Aposentadoria por Invalidez Permanente Doença Grave Forma da Lei – Média Integ.	Antenor Stein
03.08.2009	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Integral	Maria Ivanir Ribeiro de Assunção
	AUXÍLIO-SAÚDE	CONCESSÃO
JAN-JUL/2009	31 Requerimentos	29 Auxílios-Saúde
	SALÁRIO-FAMÍLIA	SERVIDORES ASSISTIDOS
JAN-JUL/2009	202 salários-família	23 servidores

GASTOS COM PERÍCIAS MÉDICAS:

JULHO / 2009 – R\$ 4.300,00
 JULHO / 2008 – R\$ 2.960,00
 TOTAL 2008 – R\$ 7.760,00
 TOTAL 2007 – R\$ 5.000,00

SERVIDORAS EM GOZO DE SALÁRIO-MATERNIDADE:

	Nº DE LICENÇAS CONCEDIDAS	SERVIDORAS ASSISTIDAS
2009 07 MESES	04 LICENÇAS-MATERNIDADE	04
2008 12 meses	06 LICENÇAS-MATERNIDADE	06

Herval d' Oeste (SC), agosto de 2009.

LÚCIA DAS G. VETORI GUARAGNI
 Diretora Financeira

JAQUELINE RAZERA
 Diretora Administrativa

Imbituba

Prefeitura Municipal

Extrato de Pregão 62/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 95/2009

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2009

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 25 de setembro de 2009, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/91 e suas alterações, para aquisição de condicionador de ar eletrodomésticos, para uso das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Imbituba. A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 14 de setembro de 2009.

DILSON PETRASSEM JUNIOR
 Pregoeiro Oficial

Luzerna

Prefeitura Municipal

Decreto 1116

DECRETO Nº 1116 de 08 de setembro de 2009.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulada parcialmente na Atividade abaixo

discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 CÂMARA DE VEREADORES

Atividade - 01.0101.01.031.0001.2001 - Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 5.650,00
 Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

TOTAL ANULADO.....R\$ 5.650,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 CÂMARA DE VEREADORES

Atividade - 01.0101.01.031.0001.2001 - Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 5.650,00
 Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 5.650,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 08 de setembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
 Prefeito Municipal

Decreto 1117

DECRETO Nº 1117 DE 14 DE SETEMBRO DE 2009.

"NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO/CMT DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO/CMT DE LUZERNA(SC), ficando assim constituída:

a)Representante da Polícia Militar
 JOSÉ OSVALDO JUNGES - Cb PM Cmt dst de Luzerna

b)Representante da Polícia Civil
 MÁRCIA REGINA KREMER VICENTE

c)Representante da ACIAL
 NEREU DUTRA LEMOS

d)Representante das Associações de Moradores de Luzerna
 GILBERTO HOFFELDER

e)Representante da Administração Municipal
 GILMAR DEBUS

Parágrafo Único - Fica designada para assessorar a COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO/CMT DE LUZERNA(SC), nos assuntos relacionados à temática educação no trânsito a Professora ADRIANA ELISABETH BIER.

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO/CMT DE LUZERNA(SC), não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de setembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
 Prefeito Municipal

Decreto 1118

DECRETO Nº 1118 DE 14 DE SETEMBRO DE 2009.

“RECONDUZ O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA/CMC DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 4º da Lei nº 682 de 07 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art.1º - RECONDUZIR o CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA/CMC de Luzerna(SC), na forma do §2º do art. 4º da Lei nº 682 de 07 de dezembro de 2006, permanecendo assim constituído:

I - representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município - Setor de Cultura

Titular: CHEILA PEGORARO

Suplente: VALI CAROLINA SPIER

II - representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município - Setor de Ensino

Titular: FLAVIANO WENDELINO OECKSLER

Suplente: ANELIZE SANTANNA SIMON

III - representante da Secretaria da Fazenda e Administração

Titular: MARIA INÊS DALLOLMO

Suplente: CAROLINA KIRSCH

IV - representante das entidades culturais existentes no Município

Titular: HELENA REISDORFER

Suplente: ELIANE B. MULHBRANDH

V - representante das entidades musicais, canto, coral e bandas do Município

Titular: JOEL ROSA

Suplente: SOLMIR JOÃO TOSON

VI - representante das associações comerciais, artesanais e de turismo do Município

Titular: SALETE KATSCHOR

Suplente: MARIA CASANOVA CARDOSO

Art.2º- O exercício do mandato de Conselheiro do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA/CMC é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de setembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Balancete Financeiro

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 07/2009

Emissão: 31/07/2009

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	742.353,89	DESPESA ORÇAMENTARIA	805.543,86
RECEITA CORRENTE	637.153,89	LEGISLATIVA	19.071,26
RECEITA TRIBUTÁRIA	64.067,89	ADMINISTRAÇÃO	84.303,66
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	28.304,30	SEGURANÇA PÚBLICA	948,05
RECEITA PATRIMONIAL	8.236,82	SAÚDE	8.205,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	527.905,98	TRABALHO	3.971,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.638,90	EDUCAÇÃO	203.945,82
RECEITAS DE CAPITAL	105.200,00	CULTURA	8.640,19
ALIENAÇÃO DE BENS	7.000,00	URBANISMO	389.207,38
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	98.200,00	AGRICULTURA	29.444,79
		INDÚSTRIA	2.810,17
		TRANSPORTE	30.359,99
		DESPORTO E LAZER	11.341,92
		ENCARGOS ESPECIAIS	13.293,94
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	65.283,67	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	219.224,25
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	479,40	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	479,40
SALARIO-FAMILIA	479,40	SALARIO-FAMILIA	479,40
PREVIDENCIA SOCIAL	16.673,03	PREVIDENCIA SOCIAL	16.673,03
INSS	16.673,03	INSS	16.673,03
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	6.013,88	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	5.723,61
Emprestimo Consignação Folha-CEF	951,40	Emprestimo Consignação Folha-CEF	542,30
Emprestimo Consignação Folha-Besc	5.062,48	Emprestimo Consignação Folha-Besc	5.181,31
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	387,65	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	387,65
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	387,65	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	387,65
Contribuição ASM	387,65	Contribuição ASM	387,65
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	2.498,86	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	2.498,86
Tucano Obras e Serviços Ltda	612,06	Tucano Obras e Serviços Ltda	612,06
Auto Peças Zeca Ltda Me	113,16	Auto Peças Zeca Ltda Me	113,16
Empresa Joaçabense Transportes Coletivo	314,04	Empresa Joaçabense Transportes Coletivo	314,04
Brandalise Com Equip. de Segurança Ltda	66,00	Brandalise Com Equip. de Segurança Ltda	66,00
Empreiteira de Cosntrução Civil Oliveir	643,58	Empreiteira de Cosntrução Civil Oliveir	643,58
Andrade Construções Ltda	318,46	Andrade Construções Ltda	318,46
Marli Lucia Hoffmann	45,76	Marli Lucia Hoffmann	45,76
Fernando Ignacio Rossa	182,68	Fernando Ignacio Rossa	182,68
Regina Carin Jacoby Cureau	26,40	Regina Carin Jacoby Cureau	26,40
Viga Pavimentação e Obras Ltda	176,72	Viga Pavimentação e Obras Ltda	176,72
RESTOS A PAGAR	39.230,85	RESTOS A PAGAR	78.461,70
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	39.230,85	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	39.230,85
		Restos a Pagar Não Processadas a Liquid	39.230,85
		NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	39.230,85
		REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS	115.000,00
		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL D	10.000,00
		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	100.000,00
		FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E ADOL.	5.000,00
> DESPESA EMPENHADA	805.543,86	> DESPESA PAGA	660.246,78
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	805.543,86	CREDITO LIQUIDADO	660.246,78
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	660.246,78
> SALDOS ANTERIORES	1.335.715,01	> SALDOS ATUAIS	1.263.881,54
APLICACOES FINANCEIRAS	1.168.016,37	APLICACOES FINANCEIRAS	1.229.355,27
BANCO DO BRASIL	160.787,42	BANCO DO BRASIL	27.901,34
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6.911,22	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6.624,93
> TOTAL	2.948.896,43	> TOTAL	2.948.896,43



Massaranduba

Prefeitura Municipal

Lei N° 1112/2009

LEI N° 1112/2009

AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO A ADQUIRIR IMÓVEL.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo autorizado a adquirir, por compra, uma área de terras, de no mínimo 700 m² (setecentos metros quadrados) e no máximo 1.000 m² (um mil metros quadrados), localizada no perímetro urbano do Município de Massaranduba, confrontando com a via pública oficial, com fácil acesso de energia elétrica, água encanada, telefone e rede coletora de água pluvial, afastada de no mínimo 30 (trinta) metros de nascentes, córregos, ribeirões, rios, lagos e APP's (Área de Preservação Permanente), que não seja considerada área de risco, sendo em sua maioria plana, não possua pendências judiciais ou qualquer outra restrição e que não seja afastada num raio máximo de 01 (Um) quilômetro da Prefeitura Municipal de Massaranduba, destinado a construção da sede da Câmara de Vereadores.

Art. 2º A aquisição do terreno obedecerá os preceitos da Lei nº 8666/93.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta da verba abaixo especificada, consignada no orçamento vigente para o presente Exercício:

01.01.01.031.1000.1094 – Aquisição de Imóvel para o Legislativo Municipal

01.01.45906100: Aquisição de Imóveis

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 14 de Setembro de 2009.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

MAURÍCIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto N° 1822/2009

DECRETO N° 1822 DE 11 DE SETEMBRO DE 2009.

REVOGA INTEGRALMENTE O DECRETO MUNICIPAL N° 1809, QUE DETERMINA A SUSPENSÃO DE TODOS OS EVENTOS OFICIAIS NO MUNICÍPIO POR TEMPO INDETERMINADO, COMO MEDIDA PREVENTIVA PARA EVITAR AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS E CONTÁGIO POR GRIPE.

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e seguindo a recomendação do Colegiado de Saúde da Associação dos Municípios do Vale do Itapocú (Amvali), baseada na Nota Técnica N° 12/09/DIVE/SES, de 10 de setembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Ficam restabelecidos todos os eventos oficiais no Município de Massaranduba.

Art.2º. A partir da publicação deste Decreto, todas as atividades que envolvam a aglomeração de pessoas poderão ser realizadas normalmente.

Art. 3º. Fica recomendado a população em geral que mantenha os cuidados essenciais para prevenção e controle de doenças de transmissão respiratória.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se integralmente as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 1809 de 18 de Agosto de 2009.

Massaranduba, em 11 de Setembro de 2009.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

SUZANE ELISA FROELICH REINKE

Secretaria Saúde e Bem Estar Social

Meleiro

Prefeitura Municipal

Decreto N° 051/2009

DECRETO n.º 051/2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.323/2008, de 12 de Dezembro de 2008.

D E C R E T A

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110304.2047 – Programa Ações Básicas de Vigilância Sanitária

4.4.90.00.00.00.00.00.0.2.06.15 – Aplicações Diretas (36) R\$ 1.000,00

Total R\$ 1.000,00

Art. 2.º Para atender os crédito adicional que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110304.2047 – Programa Ações Básicas de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.06.15 – Aplicações Diretas (35) R\$ 1.000,00

Total R\$ 1.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Setembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta data supra.

Decreto N° 052/2009

DECRETO N.º 052/2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.323/2008, de 12 de Dezembro de 2008.

D E C R E T A

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 2.513,10 (Dois mil e quinhentos e treze reais, dez centavos), neste termo:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112.365.2009 – Manutenção do Ensino Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.14.50 – Aplicações Diretas (59) R\$ 2.513,10

Total R\$ 2.513,10

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta de parte do excesso de arrecadação apurado no exercício referente ao Recursos Depositado na conta do Banco do Brasil S.A Agência 2294-2 conta nº 5379-1.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Setembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta na data supra.

Decreto Nº 053

DECRETO Nº. 053, DE 12 DE SETEMBRO DE 2009.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 12, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução n.º 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- A Ocorrência de Enxurradas, caracterizada por chuva intensa e localizada, ocorrida no dia 07, 08, 09, 10, 11, 12 de Setembro de 2009, atingindo parte do município, conforme Mapa e Croqui das Áreas Afetadas, anexos ao presente Decreto;
- Como consequências deste desastre, resultaram em danos e prejuízos, constante do Formulário de Avaliação de Dano anexo a este Decreto;
- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;
- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: O grau de vulnerabilidade do cenário, da população e despreparo da defesa civil local frente ao desastre:

D E C R E T A

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Meleiro (SC), 12 de Setembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Portaria Nº 235/2009

PORTARIA N.º 235/2009

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

C O N C E D E R

Art. 1.º Licença saúde, a servidora LEODENIR FABRIS MENDONÇA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto a Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 09/09/2009.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Setembro de 2009.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Portaria N° 236/2009

PORTARIA N.º 236/2009

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

R E T O R N A R

Art. 1.º Da licença saúde, o servidor JOSE ANAELCIO ROCHA LONGARETTI, ocupante do cargo de Diretor Departamento de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de término de seu benefício junto a Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 14/09/2009.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Setembro de 2009.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Portaria N° 237/2009

PORTARIA N.º 237/2009

TRATA DA DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica, resolve:

D E S I G N A R

Art. 1.º O Senhor JAIRO LUIZ CANELA ocupante do cargo em comissão de Secretário da Educação, Esporte, Cultura e Turismo para assinar juntamente com o Prefeito Municipal JONNEI ZANETTE, os cheques das contas pertencentes a Prefeitura Municipal de Meleiro, fazer aberturas e fechamentos de contas, inclusive criar senhas e demais procedimentos necessários para movimentação financeira através do Sistema Bancário.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Setembro de 2009.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Monte Carlo

Prefeitura Municipal

Ata de Registro de Preço – Processo 13/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO CNPJ: 95.996.104/0001-04 RODOVIA SC 456, KM 15 C.E.P.: 89618-000 - MONTE CARLO - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2009 - PR
	Processo Administrativo: 13/2009 Processo de Licitação: 13/2009 Data do Processo: 10/02/2009

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS (Materiais, peças e equipamentos de informática, e equipamentos para escritório)

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 12/2009 (Sequência: 1)

Ao(s) 26 de Fevereiro de 2009, às 11:15 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 130/2008, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 13/2009, Licitação nº 7/2009 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Após o credenciamento de todas as empresas já qualificadas acima, por terem apresentado todos os documentos solicitados, partiu-se para a abertura dos envelopes de propostas, análise das propostas, assinaturas e colocação em ordem de valor decrescente. Isso feito, e após consecutivos e sucessivos lances, as empresas abaixo identificados nesta ata, bem como os lances e valores expressos no documento de histórico de lances, anexo inseparável deste termo.

LOTE: 1

Participante: 9858 - TÁRSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	TECLADO MULTIMIDIA ABNT 2	UNI	15,00	17,7247	265,87
2	MOUSE ÓPTICO COM SCROLL 3 BOTOES	UNI	15,00	10,8314	162,47
4	FONTE DE 500 WATTS 24 PINOS CONEXÃO SATÃ E PCIE	UNI	15,00	59,0802	886,20
5	MODEM POUTER ADSL- 500B	UNI	10,00	123,0837	1.230,84
6	ESTABILIZADORES DE 500VA 220/110	UNI	10,00	124,0683	1.240,68
8	PEN DRIVE DE 8 GB USB 2.0	UNI	5,00	87,6356	438,18
9	PAR DE CAIXA DE SOM	UNI	5,00	11,816	59,08
10	PLACA DE VIDEO 512 MB PCI EXPRESS 16 X	UNI	10,00	172,3171	1.723,17
11	PLACA DE VIDEO PCI	UNI	6,00	120,1296	720,78
12	MEMORIA DDR2 2.0 GB DE 667 MHZ	UNI	15,00	111,2676	1.669,01
13	MEMORIA DDR 1 GB DE 400 MHZ	UNI	10,00	100,4363	1.004,36
14	MEMORIA DDR 1.0 GB DE 300 MHZ	UNI	10,00	100,4363	1.004,36

Total do Participante -----> 10.405,00

LOTE: 2

Participante: 9858 - TÁRSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
15	CONECTOR RJ 45 MACHO	UNI	50,00	0,1438	7,19
16	CX CABO MULTI LAN 4 PARES	CXA	1,00	192,7805	192,78
17	DRIVE 1.44 MB	UNI	4,00	11,5093	46,04
18	CABO USB 2.0	UNI	15,00	2,8773	43,16
19	COOLER AMD SOCKET 462	UNI	5,00	17,9833	89,92
20	COOLER INTEL SOCKET 775	UNI	5,00	23,0186	115,09
21	DRIVE DVD- RW MULTI	UNI	10,00	62,5817	625,82
22	DISCO RÍGIDO DE 160 GB SATA	UNI	10,00	123,7248	1.237,25
23	PLACA MÃE SOCKET LGA 775 C/ SUPORTE P/ MEMORIA 667 MHZ DDR2	UNI	10,00	148,182	1.481,82
24	PROCESSADOR CORE 2 DUO DE 3.0 GHZ	UN	10,00	502,0924	5.020,92
25	MEMÓRIA ECC DDR2333MHZ 2 X 2 GB OU 4 X 1 GB	UN	5,00	292,7674	1.463,84

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

CNPJ: 95.996.104/0001-04
 RODOVIA SC 456, KM 15
 C.E.P.: 89618-000 - MONTE CARLO - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 7/2009 - PR

Processo Administrativo: 13/2009
 Processo de Licitação: 13/2009
 Data do Processo: 10/02/2009

Folha: 2/2

LOTE: 2

Participante: 9858 - TÁRSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
26	HD ID 160 GB SATA(KINGSTON)	UN	3,00	123,7248	371,17

Total do Participante -----> 10.695,00

LOTE: 3

Participante: 6201 - PROSERVIN COMÉRCIO E SERVICOS DE INF.LT

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
3	MONITORES DE LCD 17" 1280X1024XSXGA preto com prata	UN	15,00	416,104	6.241,56
7	MESA P/ COMPUTADOR DE 140 X 60 CM	UNI	5,00	147,7592	738,80
27	NOBREAK 1.200VA SENOIDAL NHS C/ BATERIA AUTOMOTIVA	UN	2,00	764,2718	1.528,54
28	RIBOM	CX	100,00	33,9676	3.396,76
29	APARELHO DE FAX, COM SISTEMA DE IMPRESSÃO RIBOM, PAPEL PLAN	UN	1,00	505,2686	505,27
30	APARELHO FRAGMENTADOR DE PAPEL, COM CAPACIDADE 10 FOLHAS	UN	1,00	271,7411	271,74
31	APARELHO DE TELEFONE SEM FIO DIGITAL 6.0	UN	15,00	165,5922	2.483,88
32	APARELHO RELÓGIO PONTO COM TECNOLOGIA BIOMÉTRICA	UN	5,00	1.350,2135	6.751,07
33	APARELHO RELÓGIO PONTO MANUAL PARA CARTÃO TIPO PAPELÃO	UN	5,00	900,1423	4.500,71
34	CARTÃO PONTO TIPO PAPELÃO, PCT COM 100 UND	PCT	5,00	6,4963	32,48
35	PROTOCOLADOR AUTOMÁTICO	UN	1,00	849,1909	849,19

Total do Participante -----> 27.300,00

Total Geral -----> 48.400,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

MONTE CARLO, 26 de Fevereiro de 2009

COMISSÃO:

VALDERI DA SILVA - - Pregoeiro(a)
 MARIA CRISTINA DICK RIGO - - SECRETÁRIA
 SABRINA BECKER GAUER - - MEMBRO
 ALBERTINHO MANGOLT - - MEMBRO

Ata de Registro de Preço – Processo 14/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO CNPJ: 95.996.104/0001-04 RODOVIA SC 456, KM 15 C.E.P.: 89618-000 - MONTE CARLO - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2009 - PR
	Processo Administrativo: 14/2009 Processo de Licitação: 14/2009 Data do Processo: 13/02/2009

Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS(Material Gráfico)

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 14/2009 (Sequência: 1)

Ao(s) 27 de Fevereiro de 2009, às 10:57 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 130/2008, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 14/2009, Licitação nº 8/2009 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Após o credenciamento de todas as empresas, por terem apresentado todos os documentos de acordo com o edital, partiu-se para a abertura dos envelopes de propostas, assinaturas, análise das propostas, assinaturas e colocação em ordem decrescente, partiu-se para a fase de lances, conforme demonstrado abaixo, que após sucessivos e consecutivos lances, tudo demonstrado no documento de histórico de lances, anexo inseparável deste termo. Assim sendo, verificado os vencedores em seus respectivos lotes, abaixo descritos e demonstrados, partiu-se para a abertura dos envelopes de documentação. Registramos ainda, que a empresa TIPOBEL através de seu representante, solicitou desclassificação no lote 02, por ter apresentado preço inexequível por erro de cálculo, o que foi atendido pelo pregoeiro.

LOTE: 1**Participante: 6102 - ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	BOLETIM ATENDIMENTO DE URGENCIA (FICHA VERDE).	UNI	20.000,00	0,059	1.180,10
2	EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM	UNI	3.000,00	0,0845	253,50
3	BOLETIM DE CENTRO CIRÚRGICO	UNI	3.000,00	0,0845	253,50
4	RECEITUARIO CONTROLE ESPECIAL CARBONADA	UNI	60.000,00	0,076	4.560,00
5	CARTEIRA FISIOTERAPIA	UNI	3.000,00	0,076	228,00
6	CARTEIRA PLANEJAMENTO FAMILIAR	UNI	10.000,00	0,0591	591,00
7	CARTÃO DA FAMILIA	UNI	20.000,00	0,0338	676,00
8	CARTEIRA DE HIPERTENSOS E DIABÉTICOS	UNI	6.000,00	0,0845	507,00
9	CARTÃO DA CRIANÇA - MENINA	UNI	3.000,00	0,5068	1.520,40
10	CARTÃO DA CRIANÇA - MENINO	UNI	3.000,00	0,5068	1.520,40
11	ATESTADO MÉDICO	UNI	16.000,00	0,0338	540,80
12	REQUISIÇÃO DE EXAMES	UNI	40.000,00	0,0253	1.012,00
13	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO	UNI	40.000,00	0,0253	1.012,00
14	RECEITUARIO MÉDICO (CARBONADO EM 2 VIAS)	UNI	160.000,00	0,0845	13.520,00
15	FICHA CLINICA ODONTOLÓGICA	UNI	10.000,00	0,076	760,00
16	CARTÃO GESTANTE	UNI	3.000,00	0,0929	278,70
17	EVOLUÇÃO CLINICA	UNI	30.000,00	0,0676	2.028,00
18	BOLETIM DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO	UNI	4.000,00	0,076	304,00
19	BOLETIM DE VISITAS DOMICILIARES	UNI	4.000,00	0,2112	844,80
20	FICHA A	UNI	4.000,00	0,1014	405,60
21	FICHA D	UNI	3.000,00	0,1014	304,20

Total do Participante -----> 32.300,00

LOTE: 2**Participante: 6102 - ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
34	FOLHA TIMBRADA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	UNI	2.000,00	0,116	231,97
35	PASTA DE PAPELÃO TIMBRADA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/MUN	UNI	600,00	2,6306	1.578,36



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

CNPJ: 95.996.104/0001-04
 RODOVIA SC 456, KM 15
 C.E.P.: 89618-000 - MONTE CARLO - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 8/2009 - PR

Processo Administrativo: 14/2009
 Processo de Licitação: 14/2009
 Data do Processo: 13/02/2009

Folha: 2/3

LOTE: 2

Participante: 6102 - ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
36	FICHA DE MATRICULA ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL COM MODELO	UNI	3.000,00	0,2031	609,30
37	ENVELOPE 26 X 36 COL. C/ BRASÃO TIMBRADO P/ EDUCAÇÃO	UNI	3.000,00	0,4739	1.421,70
38	ENVELOPE 18 X 25 COL. C/ BRASÃO TIMBRADO P/ EDUCAÇÃO	UNI	1.000,00	0,3869	386,90
39	APOSTILA PRÉ ESCOLAR C/ 166 FLS C/ MODELO DA SEC. DA ED.	UNI	420,00	35,0875	14.736,75
40	APOSTILA MATERNAL C/ 80 FLS MODELO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	UNI	400,00	18,5109	7.404,36
41	BOLETIM PARA ACOMPANHAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIMBRADO	UNI	2.000,00	0,5706	1.141,20
42	DIÁRIO ESCOLAR DO PROFESSOR CONFORME MODELO PROJ. SÉRIE	UN	1.000,00	1,2573	1.257,30
43	CADERNO UNIVERSITÁRIO C/ 200 FOLHAS, CAPA DURA C/ FOTOS	UN	2.000,00	16,9248	33.849,60
44	CARTAZES COLORIDOS PARA DIVULGAÇÕES DA SEC. DE EDUCAÇÃO	PCT	10,00	207,256	2.072,56

Total do Participante -----> 64.690,00

LOTE: 3

Participante: 9793 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
22	AUTORIZAÇÃO ADASTECIMENTO/MANUTENÇÃO	BL	100,00	8,50	850,00
23	CORRESPONDENCIA A CORES EM PAPEL A - 4	UNI	30.000,00	0,07	2.100,00
24	DIÁRIO CAMINHÃO	BLS	60,00	7,80	468,00
25	ENVELOPE 36 X 26 COLORIDO COM BRASÃO E LOGOTIPO	UNI	1.500,00	0,70	1.050,00
26	ENVELOPE 18 X 25 COLORIDO C/ BRASÃO E LOGOTIPO	UNI	1.500,00	0,48	720,00
27	ENVELOPE 23 X 11,5 COLORIDO C/ BRASÃO E LOGOTIPO	UNI	500,00	0,44	220,00
28	PASTAS A CORES C/ VERNIS UV	UNI	2.000,00	1,28	2.560,00
29	PASTAS P/ PROCESSO DE LICITAÇÃO	UNI	500,00	1,88	940,00
30	PASTAS MOVIMENTO DE CAIXA COLORIDA	UNI	500,00	1,85	925,00
31	ORDEM DE COMPRA	BL	100,00	8,25	825,00
32	PASTAS A CORES CIDADANIA	UNI	500,00	1,68	840,00
33	NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR, CONFORME MODELO PADRÃO DE SC	JG	10.000,00	0,26	2.600,00

Total do Participante -----> 14.098,00

Total Geral -----> 111.088,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO**

CNPJ: 95.996.104/0001-04
RODOVIA SC 456, KM 15
C.E.P.: 89618-000 - MONTE CARLO - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 8/2009 - PR**

Processo Administrativo: 14/2009
Processo de Licitação: 14/2009
Data do Processo: 13/02/2009

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

MONTE CARLO, 27 de Fevereiro de 2009

COMISSÃO:

VALDERI DA SILVA - - Pregoeiro(a)
MARIA CRISTINA DICK RIGO - - SECRETÁRIA
SABRINA BECKER GAUER - - MEMBRO
ALBERTINHO MANGOLT - - MEMBRO

Porto União

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 209/2009

DECRETO Nº 209, DE 08 DE SETEMBRO DE 2009.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA SALETE ROSELI KREUZBERG, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Centro de Atenção Psicossocial, Símbolo CO, previsto no anexo IV da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2009, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 608/2009 - Atos de Pessoal

PORTARIA Nº 608, DE 28 DE AGOSTO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 26 de agosto a 08 de setembro de 2009, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Mara Regina de Araújo, para exercer o cargo de Professor – Educação Infantil, 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto no Anexo II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, em substituição à professora efetiva Elizabete Volkmann, que se encontra em Tratamento Médico.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A servidora acima mencionada, exercerá suas atividades nos Núcleos de Educação Infantil Moranguinho, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de agosto de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Homologação e Adjudicação Processo Licitatório 109/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 109/2009

Tomada de Preços 017/2009

Expirado o prazo recursal, torna publica a homologação do processo licitatório em epigrafe e adjudica a empresa J. B. Moreira .

Porto União SC, 09 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 193/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato 193/2009

Partes: Município de Porto União e J. B. Moreira Serviços Ltda
Objeto: execução de obra para reestruturação do Modulo Esportivo de Santa Rosa, incluindo material e mão de obra.

Valor total: R\$ 274.724,55 (duzentos e setenta e quatro mil, setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência: 360 (trezentos e sessenta dias)

Base legal tp 017/2009 e lei 8.666/93

Porto União SC, 09 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK
J.B. Moreira Serviços Ltda.
Contratada

Rio do Sul

Prefeitura Municipal

Portaria Nº 0818/RH

PORTARIA Nº. 0818/RH, 04 DE SETEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 31/08/2009, a servidora municipal PATRICIA RAQUEL MAYR, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 41, do cargo em comissão Chefe da Divisão de Administração Financeira, de acordo o Art. 29, parágrafo único, da Lei Complementar Nº. 099 de 24/04/2003.

Gabinete do Secretario Municipal de Administração
04 de Setembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jot

Portaria Nº 0819/RH

PORTARIA Nº. 0819/RH, 04 DE SETEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Designar, a partir de 01/09/2009, o servidor municipal DIEISON FERNANDO MARQUEZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 41, para exercer em comissão o cargo de Chefe da Divisão de Administração Financeira, de acordo o Art. 12, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 099 de 24/04/2003, com 20% de gratificação, nos termos do § 2º, do Art. 5º, da Lei Complementar n.º 098 e § 2º, do Art. 52, da Lei Complementar n.º 099, supra citada..

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
04 de Setembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jot

Portaria Nº 0835/RH

PORTARIA Nº. 0835/RH, 09 DE SETEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 84, da Lei Complementar nº. 099, de 24/04/2003, ao servidor público municipal LUIZ FERNANDO DAMASCENO CHAVES, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, nível 20, faixa 21, a partir de 08/09/2009 até 14/09/2009.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
09 de Setembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jot

Portaria Nº 0836/RH

PORTARIA N.º 0836/RH, 09 de Setembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 01/09/2009, de acordo com o § 2º, do Art. 5º, da Lei Complementar nº 098, de 24/04/2003, 20% de Gratificação, à servidora municipal LUCIANE SOARES, ocupante do cargo em comissão Chefe da Divisão de Serviços de Inspeção Municipal.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
09 de Setembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jot

São Lourenço do Oeste

Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação 94/2009

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DA PORTARIA 196/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 25/09/2009, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 094/2009 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2009-OB-JETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA CENTO ADMINISTRATIVO. Informações (49) 3344 8588.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 388/2009

DECRETO N.º 388/2009

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A FUNCIONÁRIA JANICE DE FREITAS, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE ADMINISTRATIVO, LOTADA NA SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder Licença para tratamento de saúde à funcionária JANICE DE FREITAS, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar da data de 04/09/2009, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/09/2009.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de setembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto Nº 389/2009

DECRETO N.º 389/2009

ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALLAN FRANCISCO DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSOR I HORISTA.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1º - Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ALLAN FRANCISCO DE SOUZA para o Cargo de Professor I Horista, contrato de trabalho nº. 101/2009.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de setembro de 2009.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Edital de Licitação - Pregão N° 27/2009

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.
Torna-se público o aviso de Licitação: Processo nº 27/2009.
MODALIDADE: Pregão Presencial.

OBJETO: A aquisição de um VEÍCULO (Van) de 15 LUGARES mais o Motorista, de fabricação nacional, ano de fabricação 2009, modelo 2010, Direção Hidráulica, teto alto, trio elétrico, trava de segurança da porta corredeira, motor à diesel com potência mínima de 125HP à 3600rpm, com tração traseira, na cor branca para a Secretaria de Educação do Município de São Pedro de Alcântara/SC TIPO: Menor Preço.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 8:00 hs às 11:30 hs e das 13:00 hs às 17:00 hs ou no site www.pmspa.sc.gov.br

LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, até às 09:00 horas do dia 25 de setembro de 2009.
INFORMAÇÕES: pelo telefone 48 32770122 R: 202 São Pedro de Alcântara, 14/09/2009.

CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES
Pregoeira Municipal

Edital de Licitação - Pregão Presencial N° 28/2009

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.
Torna-se público o aviso de Licitação: Processo nº 28/2009.
MODALIDADE: Pregão Presencial.

OBJETO: - A presente licitação tem como objeto a aquisição, para a Secretaria Municipal de Obras de 02 (dois) CAMINHÕES NOVOS COM NO MÍNIMO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: zero quilometro, fabricação nacional, ano de fabricação 2009: motor turbo; 4 cilindros em linha; potência de 170CV no mínimo; torque de 61,3MKGF; PBT de no mínimo 13.000kg; embreagem com acionamento hidráulico; 05 marchas a frente a 01 a ré; suspensão dianteira feixe de molas; suspensão traseira feixe de molas; direção hidráulica; aro das rodas 6,00X17,5; pneus 275/80 R17,5- 22,5-16P/R; freios de serviço DUPLO circuito de ar, a tambor; freio motor com acionamento por tecla no painel de instrumentos.; tanque de combustível 275L; peso bruto total homologado 13.000 kg, na cor branca.

E todos os demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN
CAÇAMBA: compatível ao item 1.1.1.1 (chassi)-Caçamba Basculante instalada no Caminhão com capacidade de 5m³ no ferro, de cantos arredondados, com chapas de aço 3/16, lateral reforçado com costela em perfil U, com fundo em chapa ¼, protetor de cabine, bomba hidráulica, pistão, reservatório de óleo, aplicação de fundo anticorrosivo, pintura acabamento com tinta sintética, com três demãos, de acordo com a cor do veículo, com faixas refletivas, suporte de estepe frontal e para lamas. Demais equipamentos exigidos por legislação em vigor.

para a Secretaria de Obras do Município de São Pedro de Alcântara/SC TIPO: Menor Preço.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 8:00 hs às 11:30 hs e das 13:00 hs às 17:00 hs ou no site www.pmspa.sc.gov.br

LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

E PROPOSTA: Na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, até às 14:00 horas do dia 25 de setembro de 2009.

INFORMAÇÕES: pelo telefone 48 32770122 R: 202 São Pedro de Alcântara, 14/09/2009.

CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES
Pregoeira Municipal

Schroeder

Prefeitura Municipal

Declaração de Dispensa de Licitação

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC, torna público aos interessados que o Exmo. Senhor Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, XVII, da Lei nº. 8.666/93, conforme consta no processo de Dispensa de Licitação nº. 35/2009-PMS, declarou a Dispensa de licitação, para a contratação da empresa G. MAIO-CHI E CIA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº. 84.091.974/0002-07, estabelecida na Rodovia BR 280, nº. 13.314, Bairro Centro, na cidade de Guaramirim/SC, CEP: 89.270-000, com o valor de R\$ 1.282,00 (Um mil duzentos e oitenta e dois reais), conforme orçamento constante no processo, cujo objeto é o seguinte: contratação de empresa especializada para revisão de 350 (trezentos e cinquenta) horas do Trator Agrícola New Holland, que encontra-se em período de garantia, modelo TL 95, ano 2008 – 4x4, Placa MGP6259, lotado na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

A presente declaração encontra-se plenamente justificada conforme parecer da Assessoria Jurídica e os valores se apresentam compatíveis com o mercado, conforme anexo ao processo.

Nos termos do Artigo 26 e 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para a apresentação de recurso ou representação.

Schroeder (SC), 14 de setembro de 2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Deserta e Repetição

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 86/2009-PMS – PROCESSO Nº. 116/2009-PMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes realizada em 14 de setembro de 2009, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 9h45min e Abertura do processo: às 10h, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de colocação de lajotas de diferentes tamanhos para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, foi declarada DESERTA, uma vez que não acudiram interessados a presente licitação.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial Registro de Preço nº. 86/2009-PMS, realiza-se-a em 25 de Setembro de 2009, na Prefeitura

Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09h45min e Abertura do processo: às 10h.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 08h às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 14 de Setembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Tunápolis

Prefeitura Municipal

Dispensa de Licitação Nº 05\2009

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05\2009.

ESTADO SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Processo de Licitação nº 68\2009

Dispensa de Licitação nº 05\2009

Objeto: Aquisição de caixa de água de fibra, capacidade de 20.000 mil litros, destinada para a Comunidade de Linha Fátima.

Contratado: Anselmo Rene Weber

Valor:R\$ 2.755,00 (Dois mil, setecentos e cinquenta e cinco reais)

Tunápolis, SC, aos 01 de Setembro de 2009.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito em Exercício

Pregão Presencial Nº 25/2009

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 71/2009

Edital de Pregão Presencial nº 25/2009

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial que tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios, utilizados para merenda escolar dos alunos da Educação Básica.

Entrega das propostas até às 08h30min do dia 29/09/2009

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras

Do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, ou celular 91365329.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 14 de setembro de 2009

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Contrato Nº 138/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2009

PARTES:Prefeitura Municipal de Tunápolis, e

Betha Sistemas

Objeto: Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, não

exclusiva, com acesso simultâneo de usuários.

Origem: Processo de Licitação nº 58/2009,

Tomada de Preço 05\2009.

Vigência: 48 (quarenta e oito) meses

contados a partir do dia 01 de Setembro de 2009.

Valor:R\$ 141.054,00 (Cento e quarenta e um mil e cinquenta quatro reais)

Tunápolis, SC, aos 01 de Setembro de 2009.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito em Exercício

Contrato Nº 139/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2009

PARTES:Prefeitura Municipal de Tunápolis, e

Nitrosemen Produtos Agropecuários Ltda

Objeto: Aquisição de Nitrogênio Líquido, que será utilizado para execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria da Agricultura

Origem: Processo de Licitação nº 60/2009,

Pregão presencial 21\2009.

Vigência: 19\08\2009 a 31\12\2009

Valor:R\$ 2.214,00(Dois mil duzentos e catorze reais)

Tunápolis, SC, aos 01 de Setembro de 2009.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito em Exercício

Contrato Nº 140/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2009

PARTES:Prefeitura Municipal de Tunápolis, e

Pre- Lajes Materiais de Construção Ltda EPP

Objeto: Contratação em regime de empreitada global para a construção da estrutura de cobertura da Rua Santa Cruz

Origem: Processo de Licitação nº 62/2009,

Tomada de Preço 06\2009.

Vigência: 01\09\2009 a 01\11\2009

Valor:R\$ 63.096,66 (Sessenta três mil, noventa seis reais e sessenta e seis centavos)

Tunápolis, SC, aos 01 de Setembro de 2009.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito em Exercício

Turvo

Prefeitura Municipal

Pregao Presencial 77/2009

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação nº 77/2009 - Pregão Presencial nº 77/2009

Objeto: Contratação de empresa Especializada para transporte de seixo rolado com no mínimo 10m³ por viagem e horas máquinas de escavadeira hidráulica para retirada de seixo do rio no município de Turvo – SC

Entrega dos envelopes: até as 14:00 do dia 24/09/09

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 24/09/09

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100,



fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

Turvo – SC – 10 de Setembro de 2009
NESTOR RECO
Pregoeiro

Videira

Prefeitura Municipal

Lei Nº 2.196/09

LEI N.º 2.196/09, DE 10 DE SETEMBRO DE 2009
AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM OS SERVIÇOS E AS OBRAS NECESSÁRIAS AO RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NA RUA LUIZ FERLIN SÊNIOR E NA PROPRIEDADE DE PAULO ROBERTO FALCHETTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público, especialmente à Administração Municipal, a manutenção da segurança, da saúde, e a prevenção de risco à vida das pessoas;

CONSIDERANDO que existe, cortando a cidade, um córrego de nome Rio do Curtume que foi canalizado há mais de 30 anos, através da construção de uma galeria pluvial;

CONSIDERANDO que houve o rompimento da galeria originando uma cratera que tomou proporções imensas, sendo inclusive motivo de desabastecimento de água para a população da cidade, obrigando o Poder Público a emitir o Decreto de Emergência nº 9.202, de 20 de julho de 2009;

CONSIDERANDO que, em função de rompimento da galeria pluvial no trecho situado no subsolo do terreno do proprietário, Sr. Paulo Roberto Falchetti, bem assim no subsolo da Rua Luiz Ferlin Sênior, foram necessárias obras de remoção de materiais e limpeza visando a desobstrução da galeria, causada por pedras, terra e entulhos;

CONSIDERANDO que o solo trata de aterro instável e não foi possível atingir a galeria para a desobstrução;

CONSIDERANDO que, diante de avaliações técnicas não se fará possível a resolução do problema, sem estender o local da obra para a realização de escavação lateral, e que esta atingirá uma edificação de propriedade do Sr. Paulo Roberto Falchetti, onde funcionava o Restaurante Rima's, que já se encontra evacuada pela Defesa Civil, devido ao terreno ter cedido, contendo rachaduras expressivas, comprometendo a estrutura da edificação, o que implicará na sua demolição.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com os serviços e as obras de escavação, movimentação e remoção de material, demolição de edificações em área de risco, execução de tubulação, bem como de reaterro do local danificado por rompimento de galeria pluvial, na Rua Luiz Ferlin Sênior e na propriedade do Sr. Paulo Roberto Falchetti, CPF nº 183.264.719-68, visando a regularização do terreno, do trânsito, do fornecimento de água à população e todas as medidas necessárias ao restabelecimento da normalidade.

Parágrafo Único - A Administração Municipal poderá efetuar a cobrança de valores despendidos para a realização de obras na propriedade supracitada, segundo laudo técnico a ser apresentado pelo setor competente recomendando a medida.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2009.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Lei Nº 2.197/09

LEI N.º 2.197/09, DE 10 DE SETEMBRO DE 2009
AUTORIZA FIRMAR ACORDO JUDICIAL COM ALZIRA MARIA FÁVERO RAZIA E OUTROS, PROCESSO Nº 079.07.007420-6, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar acordo judicial na AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE, COM PEDIDO ALTERNATIVO DE INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, com Alzira Maria Fávero Razia, Ivone Maria Taffarel Fávero, Fernando Roberto Taffarel Fávero, José Severino Fávero, Lourdes Fávero Dallagnol e Valdemar Antonio Dallagnol, autos nº 079.07.007420-6, que tramitam na 2ª Vara Cível desta Comarca de Videira/SC.

Art. 2º - O presente acordo visa restabelecer o estado em que se encontrava a cerca de arame farpado que margeava a propriedade dos autores, os quais foram retirados pela municipalidade quando da realização de obra de alargamento, em 04 de dezembro de 2007, conforme reconhecido na contestação judicial protocolada em 30 de outubro de 2008, bem como dos postes de fixação em madeira, tendo em vista que os que se encontravam no local se deterioraram, de acordo com a inclusa minuta que faz parte integrante da presente Lei para todos os fins e efeitos.

Art. 3º - O termo de acordo a ser firmado objetiva a recolocação da cerca de arame farpado, na seguinte forma:

I - Extensão da cerca e material: a cerca terá a extensão aproximada de 1.800,00 m (um mil e oitocentos metros) lineares, e será construída margeando a estrada na Rodovia Municipal 448, que conduz o Distrito de Rio das Pedras a São Roque, contendo 4 (quatro) fios de arame farpado galvanizado, fixados com grampos galvanizados.

II - Palanques:

- a) Distância entre palanques: 4,00 metros entre cada palanque;
- b) Distância entre mestres: 01 mestre a cada 50 metros de cerca (em curvas pode haver necessidade de diminuir esta distância entre os mestres);
- c) Especificações dos palanques: Palanque de eucalipto cerne vermelho serrado (aplicado óleo queimado) medindo 2,10 m x 0,10 m x 0,10 m;
- d) Especificações dos Mestres: Mestre de eucalipto cerne vermelho serrado (aplicado óleo queimado) medindo 2,20 m x 0,20 m x 0,20 m;
- e) Os palanques devem ficar cerca de 0,75 cm enterrados.

Art. 4º - O Município de Videira fica autorizado a realizar despesas no valor máximo de R\$ 28.416,90 (vinte e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais e noventa centavos), relativos à reconstrução incluindo materiais e mão-de-obra, mediante licitação pública, conforme orçamento incluso.

Art. 5º Os autores arcarão com as custas processuais, sendo

que os honorários advocatícios serão pagos pelas partes respectivamente aos seus procuradores.

Art. 6º - Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar, até o montante de R\$ 28.416,90 (vinte e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais e noventa centavos), à conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, a seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.057 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2009.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Lei Nº 2.198/09

LEI Nº 2.198/09, DE 10 DE SETEMBRO DE 2009
ALTERA DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI Nº 343/97, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 5º da Lei nº 343/97, de 5 de novembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde será constituído por 20 (vinte) Conselheiros titulares e respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, com a possibilidade de recondução por mais um mandato, tendo a seguinte composição:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO:

- a) Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;
- b) 9ª Gerência de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Educação.

II - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO:

- a) Hospital Divino Salvador;
- b) Instituto de Patologia do Meio-Oeste Catarinense.

III - REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE:

- a) Profissionais da Medicina;
- b) Profissionais da Odontologia;
- c) Profissionais de Farmácia;
- d) Corpo de Bombeiros;
- e) Profissionais de Enfermagem.

IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

- a) Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV;
- b) União Videirense das Associações;
- c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- d) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Indústria de Alimentação e afins de Videira;
- e) Sindicato dos Empregados do Comércio de Videira;
- f) Pastoral da Saúde;
- g) Associação da Terceira Idade;
- h) Pastoral da Criança;
- i) Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Videira - SISMUVI;

j) Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus Videira - UNOESC."(NR)

Art. 2º - O inciso VII do art. 7º da mesma Lei passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º O Conselho Municipal de Saúde terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

(...)

VII - As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros."(NR)

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.570/05.

Videira, 10 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2009.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Lei Nº 2.199/09

LEI Nº 2.199/09, DE 10 DE SETEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O VIDEIRA ESPORTE CLUBE - VEC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com o Videira Esporte Clube - VEC, nos termos da minuta em anexo e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação dos convenientes para desenvolver e estimular a prática da educação física, em especial, o futebol, no Município e promover a participação deste nos eventos esportivos oficiais.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a serem pagos em parcela única, no decorrer do presente exercício.

§ 1º O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

- I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;
- II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;
- III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;
- IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;
- V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar, até o

montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), à conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, a seguinte dotação orçamentária:

02 - Gabinete do Prefeito
02.01 - Assessoria de Gabinete
2.003 - Contribuições
3.3.50.00.00.00.00.01.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

LEI Nº 2.199/2009

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e VIDEIRA ESPORTE CLUBE - VEC, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 07.671.592/0001-12, com sede no Município de Videira, declarado de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1685/06, representado neste ato pelo Sr. NEREU FERREIRA DE PAULA, visando a colaboração financeira do Município.

Aos 10 dias do mês de setembro de 2009, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e o VIDEIRA ESPORTE CLUBE, resolvem, nos termos da Lei nº 2.199/09, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio a cooperação dos convenientes para desenvolver e estimular a prática da educação física, em especial, o futebol, no Município. e promover a participação deste nos eventos esportivos oficiais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II- repassar a importância de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) aprovada pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO VIDEIRA ESPORTE CLUBE - VEC:

I- Participar, em nome do município de Videira, através da Fundação Municipal de Esportes, de todas as fases das competições dos Jogos Abertos de Santa Catarina;
II- Formar novos atletas para representarem o Município em competições a nível regional, estadual e nacional;
III- Promover a integração entre o esporte e a comunidade;
IV- Desenvolver e estimular a educação física, em particular, o futebol;
V- Formar equipes de categorias menores;
VI- Promover competições em nosso Município, divulgando o futebol e a Fundação Municipal de Esportes;
VII- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2009, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, 10 de setembro de 2009.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

VIDEIRA ESPORTE CLUBE

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

NOME: _____

CPF: _____

CPF: _____

Decreto Nº 9.246/09

DECRETO Nº 9.246/09, DE 11 DE SETEMBRO DE 2009.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, ÁREA DE TERRAS QUE ESPECIFICA.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 2º e 6º do Decreto-Lei 3.365/41,

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, de conformidade com o artigo 5º, g), do Decreto-Lei nº 3.365/41, o seguinte imóvel, de propriedade de Armelina Gheller e outros ou de quem de direito:

“Um terreno rural, com a área de 312.116,00 m² (trezentos e doze mil e cento e dezesseis metros quadrados), com benfeitoria constituída de uma casa de madeira coberta com telha de barro, medindo 77,00 m² (setenta e sete metros quadrados), situado no lugar denominado Tigre ou Espinilho, no 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 19.327, com as seguintes confrontações: ao Norte, com o lote nº 4; ao Sul, com o Rio Bonito; ao Nascente, com o lote nº 10 e ao Poente, com terras da outorgante vendedora.

Art. 2º - O imóvel, de que trata o art. 1º deste Decreto, destina-se ao aterro sanitário municipal.

Art. 3º - As despesas com a desapropriação correrão à conta de dotação específica do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.247/09

DECRETO Nº 9.247/09, DE 11 DE SETEMBRO DE 2009.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.082/08, de 10 de dezembro de 2008,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 15.569,26 (quinze mil, quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e seis centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 – Fundo Municipal da Saúde

2.087 – Programa Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0005.10 – Aplicações Diretas 15.569,26

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 15.569,26

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.248/09

DECRETO Nº 9.248/09, DE 11 DE SETEMBRO DE 2009.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.199/09, de 10 de setembro de 2009,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

02 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Assessoria de Gabinete

2.003 – Contribuições

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 15.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 15.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do corrente exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JUNIOR
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.249/09

DECRETO Nº 9.249/09, DE 11 DE SETEMBRO DE 2009.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.197/09, de 10 de setembro de 2009,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 28.416,90 (vinte e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais e noventa centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 - Secretaria de Infraestrutura

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.057 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 28.416,90

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 28.416,90

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do corrente exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JUNIOR
Secretário de Administração

PR 62/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2009 – FMS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 62/2009-FMS.

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 30 de Setembro de 2009, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.

4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.

6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9034-3566-9012.

Videira/SC, 14 de Setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

